

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

ATA Nº 046

PRESIDENTE - DEPUTADO DR. LEONARDO

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Senhores, senhoras, autoridades presentes, população, meu boa tarde a todos.

Satisfação imensa recebê-los neste dia 18 de outubro de 2016, no auditório Deputado Milton Figueiredo, aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Dr. Leonardo Albuquerque, Presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, com o objetivo de receber o Secretário de Estado de Saúde para a prestação de contas referentes ao segundo quadrimestre do ano de 2016, maio, junho, julho e agosto da Secretaria Estadual de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde.

Honrosamente recebemos a todos nesta Casa e gostaria de convidar para compor a mesa os Exm^{os} Srs. João Batista Pereira da Silva, Secretário do Estado de Saúde; Anderson de Andrade, Prefeito da cidade querida de Vila Bela da Santíssima Trindade; nosso amigo também presente da belíssima cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Vereador Edclay Coelho; Márcia Viviane Fernandes da Silva, Secretária Municipal de Saúde do município de Vila Bela da Santíssima Trindade; e também Wesley Cezar Carvalho, Administrador de Agricultura do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. (PALMAS)

Agradecemos a presença de todos os servidores da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso, nossos companheiros valorosos que estão na luta pela saúde, pelo Estado. Muito obrigado sempre pelo bom trabalho prestado pela Secretaria nos diversos setores que vocês ocupam e trabalham.

Composta a mesa de honra, esclarecendo que todos deveriam estar aqui na composição.

Agradeço nossos companheiros da Comissão da Saúde que nos auxiliam nos trabalhos e também ao nosso gabinete.

Convido a todos para cantarmos o Hino Nacional, em posição de respeito.
(EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Convido todos os companheiros que ainda não estão assentados para se acomodarem.

Em nome da Dr^a Elza, que nos acompanha, colega Médica, aproveito que hoje, dia 18 de outubro, Dia do Médico, parabenizo todos os médicos.

São Lucas, médico de homens e de almas! Que tenhamos essa consciência plena.

Mais a noite na Sessão talvez eu discorra mais sobre o assunto, mas todos nós começamos com sonhos, hoje até postaram uma foto minha de quando acabei de sair da faculdade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

recém-formado, ainda tinha cabelo, e muitas pessoas comentaram: “o senhor tinha cabelo, não é doutor?” Pois é, o tempo passa, mas aquele mesmo sonho, aquela mesma vontade que me conduziu pela universidade, pela academia, espero que acompanhe todos os profissionais médicos, alguns de mais tempo, que não percam aquela vontade, aquele sonho, aquele desejo, quando alunos, de ter o máximo dos seus pacientes, de colher a melhor história, fazer os exames adequadamente, ouvir com atenção, produzir uma boa anamnese, para que não nos percamos durante este percurso, pela ambição, pelo dinheiro, por qualquer outro sentimento que possa nos acometer, que é natural do ser humano, mas que desperte novamente aquela chama, aquela paixão pela arte da medicina, e possamos fazer este sacerdócio.

Em outro momento falarei com maior paixão sobre este assunto.

Agradeço a presença, Secretário, de Vossa Excelência, presente para a apresentação quadrimestral como um rito que faz parte dos procedimentos de controle da Secretaria de Estado de Saúde pela Assembleia Legislativa e também para demonstração à população.

Agradeço a presença do Prefeito Anderson, de Vila Bela da Santíssima Trindade, e de toda a comitiva que nos agracia hoje com sua presença aqui na Assembleia Legislativa, que nos deixa muito felizes, principalmente a Secretária Vivian, que fez um excelente trabalho no Consórcio Vale do Guaporé, se destacou na sua atuação, e Vila Bela da Santíssima Trindade, fazer apesar de sua estrutura, consegue fazer bons atendimentos, fazer mais do que outras microrregiões. Parabéns pelo trabalho! Um reconhecimento pelo seu excelente trabalho junto ao Consórcio, e não sou eu que falo isso, mas todos os Secretários de Saúde que têm um grande apreço pela senhora e pelo trabalho que fizeram e fazem naquele município.

Então, meu querido amigo, Secretário de Saúde, vamos passar a palavra aos componentes da mesa.

O Prefeito Anderson deseja fazer uso da palavra?

Vamos convidar, seguindo uma sequência, Secretário, a Sr^a Luceni Grassi de Oliveira, Assessora Técnica do Núcleo de Gestão Estratégica para o Resultados da Secretaria Estadual de Saúde para começarmos o nosso trabalho, depois passaremos ao Secretário de Saúde.

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos!

Como o Deputado já disse, vamos fazer a apresentação referente ao 2º Quadrimestre, mas, como base de comparação, trazemos também os dados do 1º Quadrimestre.

Então, temos aqui uma apresentação na qual vamos dissertar um pouquinho sobre o demonstrativo da utilização de recursos e a contrapartida em serviços. Aqui, em particular, os serviços hospitalares vão ser destacados.

Então, na ordem de apresentação, começamos com os recursos, com a receita, com as despesas e, na sequência, os serviços.

Aqui tem um resumo - vamos mostrar a evolução das receitas - e nossa base de apuração das receitas do 1º e do 2º quadrimestres.

Então, temos aqui os principais tributos, ou o grupo de tributos, que compõem a base de arrecadação e tem também as transferências legais e constitucionais.

Eu vou mostrar um pouquinho a evolução dos tributos para sabermos de onde estão vindo os recursos que vamos falar na segunda parte, que são os gastos.

Veja bem, a apresentação sempre vai mostrar uma comparação entre o 1º e o 2º quadrimestre.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Temos aqui a evolução das receitas de acordo com os grupos que compõem a base, neste caso a parte tributária.

Temos a evolução dos tributos, que é o carro-chefe da arrecadação para a saúde, que é, no caso, o ICMS.

Quando falamos da base tributária, ICMS é o principal tributo do qual vai compor a nossa receita; depois vem o IPVA e o *inter vivos*.

O segundo grupo de recursos que compõe a base de arrecadação vem dos impostos que se referem os arts. 157 e 159 da Constituição, que é o Fundo de Participação, Imposto de Renda e o IPI sobre Exportação.

Então, nós temos aqui a comparação. Como vocês podem observar o crescimento desses recursos do 1º para o 2º quadrimestre, temos uma sazonalidade.

A pergunta aqui pode ser: mas por que o crescimento? Nós temos um 1º quadrimestre com uma receita praticamente o dobro do 2º quadrimestre.

A receita do Estado tem uma sazonalidade. Então, diante dessa sazonalidade, nós temos um início de ano onde se arrecada menos e isso é percebido quando comparamos os dois quadrimestres. No segundo quadrimestre se arrecada mais.

Por que isso acontece? Metodologia de cálculo dos órgãos arrecadadores e as variáveis que eles utilizam mostram que arrecadamos menos no 1º quadrimestre do ano, como, por exemplo, desembolsamos mais dinheiro no final do ano; no início do ano estamos mais cautelosos com os gastos. Então, consumimos menos e isso impacta na base da receita. Por isso essa diferença é bastante grande. Chamamos isso de sazonalidade da receita. Consequentemente, vocês vão ver isso nos gastos também.

Outra parte, a base de arrecadação que vai compor são as transferências constitucionais e legais, essa que está sendo muito falado na mídia pelo Governador, que são as transferências da Lei Kandir; a Receita da dívida ativa e juros e multas.

Estes são os outros que compõem, principalmente esta, que é uma parcela fixa da receita que vem do Governo Federal para os Estados e compõe nossa receita.

Olhem como evoluiu a Receita, no quadro, essa composição básica, as Receitas Tributárias e as Transferências Constitucionais.

No 1º quadrimestre as receitas dos tributos saíram de 3 bilhões - esse quadro está em milhões de reais - então realizamos 3 bilhões e no segundo quadrimestre foram realizados 6,7 bilhões. Então, nós temos aqui que a execução da receita saiu de 29 para 59.

Com relação aos gastos constitucionais, receitas oriundas das transferências constitucionais, também saímos de 643 milhões para 1 bilhão e 200 milhões.

Vocês percebem que aquela sazonalidade dobra no segundo quadrimestre.

Do mesmo jeito, acontece com as transferências para os municípios, porque a base que compõe é esta receita menos os repasses para os municípios.

Então, nós temos aqui a Receita líquida da qual sai os 12%. Temos uma Receita de 3,1 bilhões de reais, que no 1º quadrimestre representou 27% de realização da receita total; no segundo quadrimestre realizamos 6,4 bilhões, que representou 57% da receita total.

Feito isso - ali é a base de recursos próprios - compõem os gastos com a saúde também as receitas complementares, aqui, especialmente, a transferência da União, que, para quem é do Estado, é a Fonte 112.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Nós temos aqui a transferência da União: estava prevista 283 milhões, executamos 32% no 1º quadrimestre, que representam 92 milhões, e saltamos para 178 milhões, ou seja, cresceu 63% a execução das fontes complementares oriundas do Governo Federal.

Aqui tem o resumo agora do percentual. Essa base de receita vai nos dizer qual é o repasse para a saúde, os nossos 12%.

No 1º quadrimestre: Receita líquida 3,1. Então, o repasse à Secretaria de Estado de Saúde, de acordo com os 12%, representou 366 milhões; à Secretaria de Estado de Fazenda passa 392 milhões. Nós temos, então, com esse valor, no 1º quadrimestre, 11,93 milhões, ficou faltando 2 milhões e 300 mil para completa os 12%.

No 2º quadrimestre, como já foi visto lá atrás, melhora a capacidade de realização da receita, a base de apuração passa para 6,4 milhões e os nossos 12% sobe para 769 milhões aproximadamente. Isto representa 12,79 milhões.

Então, no segundo quadrimestre conseguimos fechar o percentual. Estamos dentro do percentual mínimo legal no 2º quadrimestre, um pouco acima, 50,6 milhões acima dos 12%.

Feito o entendimento da receita, agora vamos olhar o outro lado. Se nós estamos falando das contas, vem o dinheiro e vamos gastar.

Como foi a distribuição dos gastos ao longo do período? No 1º quadrimestre neste quadro aqui vamos destacar dois pontos: aqui nós temos um crescimento das despesas correntes, sai de 206 milhões para 527 milhões. Então, nós tivemos ao longo dos dois quadrimestres um crescimento da Receita Corrente de 213%, puxado pelo 2º quadrimestre.

Isso representa no total aqui no segundo quadrimestre 54% do total de gastos.

Outra característica deste quadro no primeiro quadrimestre do ano, a receita foi 100% dela para gastos correntes. Os 423 milhões foram todos gastos com Folha e com outras despesas correntes. Não teve despesa de capital.

No 2º quadrimestre tem um pouquinho, pequeno, baixo ainda, mas já apareceu, de investimentos. Então, 5,9 milhões foram com investimentos. Caiu, então, um pouquinho a despesa corrente em relação à despesa total. Diminuiu um pouquinho, deixou um folegozinho pequeno, mas deu um folegozinho para fazer um investimento.

O que podemos destacar neste quadro? Neste quadro, veremos mais a frente que temos nos dois quadrimestres o dinheiro, toda aquela base de arrecadação, os 12% que passam, no caso do segundo quadrimestre 12,79% para gasto corrente. Só faz frente a gastos correntes, a este grupo de despesa aqui, onde está, além da Folha, todos os serviços que a secretaria oferece ou complementa comprando os serviços. Então, estão nestes gastos correntes e já os abriremos ali na frente.

Então, quase 100% do dinheiro que vem são para pagar estes gastos correntes.

O que significa isto? Que não estamos conseguindo fazer investimento, acumular no setor saúde.

Aqui são os recursos e as despesas com saúde por blocos. Temos aqui a evolução. Percebam que tem um padrão bem parecido com o comportamento da receita, e lógico que aumentando a receita irá aumentar o repasse.

Nós temos nesta base azul os gastos correntes. Quem está aqui? Toda a parte sistêmica, toda a parte para fazer a máquina funcionar: folha de pagamento e os grandes contratos da Secretaria - estamos falando aqui na base azul, ou seja, uma das maiores despesas que é o grupo de despesas correntes. Tudo isso aqui são despesas correntes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

O segundo maior grupo, para onde foram aqueles gastos correntes de 523, que falamos ali atrás, com assistência hospitalar e ambulatoriais, que é esse laranja aqui.

Então, no 1º Quadrimestre saiu desse patamar para cá, cresceu na mesma proporção.

Depois vem a atenção básica, que cresce também - aqui a atenção básica bem fininho -, cresce aqui a vigilância epidemiológica e a vigilância em saúde. Esse é o crescimento desses gastos. Aqui por função.

Agora, daquele gasto, abrindo à assistência hospitalar e ambulatorial. Então, nós temos aqui os repasses para a despesa ambulatorial hospitalar. Neste caso aqui os hospitais, que nós chamamos de hospitais regionais. Então, estão aqui os repasses nos dois quadrimestres. O total aqui 75 milhões e 900 mil no 1º quadrimestre e 93 milhões no 2º quadrimestre. Estes são os valores liquidados que aparecem nos relatórios da Secretaria de Estado de Fazenda.

Temos também ainda com a assistência ambulatorial e hospitalar os repasses, além dos regionais, para os Fundos Municipais para comprar serviços de assistência ambulatorial e hospitalar, que são repassados para os Fundos, no 2º quadrimestre 70 milhões.

Nós temos os hospitais de referência regional - os hospitais de referência regional aqui são aqueles que os consórcios mantêm convênios - Água Boa e Barra do Bugres. Aqui tem três consórcios.

Aqui os hospitais contratualizados.

Falando de hospitais contratualizados, aqui estarão os filantrópicos, por exemplo. Então, no 2º quadrimestre, 10 milhões e 800 mil de repasses para esses hospitais. Saiu de cinco para dez. Nessas despesas a Secretaria de Estado está ainda pagando também. Ela pagou no 1º quadrimestre 21 milhões de despesas referentes a anos anteriores.

Aqui a atenção básica. As despesas aqui também liquidadas, valor liquidado para outros três blocos: para atenção básica, para vigilância e suporte terapêutico.

Então, para vigilância são as ações emergenciais, aquelas, por exemplo, que os municípios receberam para combate ao mosquito da dengue e zica, que pegou final do ano e especialmente início do ano. Está aparecendo aqui no 1º quadrimestre e no 2º quadrimestre em torno de 20 milhões.

Aquisições de medicamentos. Essa aqui foi a transferência para os municípios para aquisição de medicamentos de um 1,9 para 3,2, e a atenção básica, que soma esses programas, de 4 para 27,3. Esses são os repasses para os municípios.

Agora, financeiramente...

Estávamos falando de valores liquidados. De valores liquidados ainda falta um pedacinho para ser pago, aquele que entra na nossa conta. Então, está aqui, como se fosse meta para nós.

Esse é o valor que devemos e esse foi o valor pago no 1º quadrimestre. Então, devíamos 95 para essas áreas; atenção primária, urgência e emergência, onde estão UPAs e SAMU; aqui para os hospitais, que mostramos lá atrás, e aqui o incentivo à regionalização, onde estarão repasses para o sangue, para reabilitação e saúde mental.

O que podemos observar neste quadro? Que no primeiro quadrimestre, principalmente aqui o valor devido da farmácia básica e aqui, esses três, a meta foi cumprida.

Faltou aqui a questão dos hospitais, que veremos à frente, que ficou faltando um pouquinho para atingir a meta – em percentual, porque em recursos isso é bastante.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

No 2º quadrimestre a realidade é um pouco mais difícil. Inverteu agora.

Lembram que vinha aumentando? Do 1º para o 2º quadrimestre vinham aumentando. Aqui inverteu um pouco. No 2º quadrimestre, já veremos ali na frente por que, já não conseguimos, ficamos um pouco distantes da meta, principalmente aqui na urgência e emergência, aqui nesses repasses. Nós conseguimos passar uma parcela, 25%. Então, ficou bem abaixo, a metade praticamente.

Agora quando olhamos para esses valores aqui, temos um repasse, tentando a regularidade dos pagamentos. Isso mostra o porquê no 2º quadrimestre um percentual mais baixo. É um dos motivos. Claro que têm outros.

Do valor total pago, em média, 13%. Mas aqui, no caso da urgência e emergência 32% foram de valores pagos em 2016, usando recursos de 2016, para pagar exercícios de 2015, 2014 e 2013. Então, está vendo que... Isso refletiu muito no 2º quadrimestre.

Pagando as despesas, jogando isso aqui para o 2º quadrimestre, percebam que quando vamos para o quadrimestre mesmo fica um pouco comprometido. Por quê? Porque tivemos que regularizar despesas de exercícios anteriores.

Agora em relação aos hospitais regionais.

Com relação aos hospitais regionais esse quadro é parecido com o anterior, só está todo no mesmo *slide*.

Olhem a evolução desses pagamentos. Nós pagamos, a Secretaria de Estado de Saúde pagou, em 2016, 33 milhões, ou seja, 19%, 20%, do total que ela devia, 19%, ou 33 milhões foram para saldar despesas de exercícios anteriores em 2016. Percebam que também vai impactar aqui.

No 1º quadrimestre do ano os dois quadrimestres sofrem o impacto de ter que pagar despesas de exercícios anteriores. O 2º quadrimestre...

Estou falando aqui que impacta porque uma coisa é ter que pagar duas parcelas, três parcelas. Mas outra coisa que também impacta aqui, é claro que o fluxo financeiro também não dá conta - não é, Secretário? - de regularizar este e mais a atual. Este é um dos problemas.

Então, nós temos aqui que no 1º quadrimestre - estão percebendo? - tínhamos muitos pagamentos de exercícios anteriores que foram executados aqui e vai impactar no percentual que nós tínhamos que pagar do valor devido do próprio quadrimestre.

Então, no 1º quadrimestre nós conseguimos executar ou pagar, aqui é pago mesmo, dinheiro passado, 48%. Não chegamos aos 50% do total devido.

No 2º Quadrimestre melhora um pouco o percentual, mas temos na média. Se olharmos para cada hospital, tem hospital que foi repassado mais de uma parcela, conseguiu pagar o atrasado e mais o mês, 125%. Só que quando olhamos o todo, o percentual é 56,8%. De 135 milhões, conseguimos efetuar o pagamento de 77, 78 milhões, aproximadamente.

Agora, a ordem está...

Temos uma receita que passou no primeiro e segundo, realizamos alguns gastos para manter uma estrutura de oferta. É claro que aqui, até pelo tempo que temos, destacamos mais a estrutura que é a mais, é a que mais pesa no orçamento, que é a estrutura dos hospitais.

Temos estes recursos para pagar, para manter uma oferta ou uma quantidade de hospitais que 74%, 75% deles é de médio porte, ou seja, tem até 50 leitos. Sabemos que os hospitais quanto menores mais pesam muito, são hospitais caros. Temos acima de 50 leitos apenas 25%. Esta

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

é a realidade do Estado, um grande número de hospitais pequenos que precisam ser mantidos, 74% têm até 50 leitos.

Esse é olharmos para chegarmos ao próximo assunto, que são os investimentos.

Temos aquela estrutura montada e o dinheiro, que são os gastos para manter essas estruturas.

Olhamos para as regiões com base no atendimento, o que essas unidades hospitalares atendem nas suas regiões, o que eles não dão conta e o que eles mandam para as outras.

Temos fluxo e percebemos por este fluxo que a concentração é sempre aqui na região metropolitana.

Olhem só um exemplo: Alto Tapajós, atende dos residentes 90% e os outros manda para cá. Todos. É assim para todo mundo. Vem para cá.

Aqui, isso tem aberto por região, mas, se fomos olhar, tem região que manda para outras, por causa das referências, referencial de alta complexidade. Do mesmo jeito vamos ter quando olhamos para região sul. Os grandes centros: Rondonópolis, Cáceres, aqui a Baixada Cuiabana, Sinop, Sorriso, puxam. Nós vamos ver a setinha, vem para cá primeiro, se não resolve aqui vem para cá.

Nós olhamos a distribuição desses leitos. Lá atrás é o fluxo de internações. Então, estamos falando da assistência hospitalar.

Esse slide traz uma melhora na distribuição desses leitos de UTI para Estado. Isso aqui é invés investimento.

Nós temos o número de leito por UTI de adulto. Nós olhamos de novo os grandes centros: Baixada Cuiabana, Sul mato-grossense e Teles Pires tiveram esse crescimento. Por exemplo, Teles Pires tinha 12 UTIs adultas, foi para 31. Então, teve um crescimento de 158%.

Agora número de leitos pediátricos. O que se destaca aqui é Teles Pires também, de 10 para 20 praticamente. Aqui dobrou. E aqui cresceu 25%. No neonatal teve um crescimento da Baixada Cuiabá em torno de 7%.

No total 66% aqui 30% da pediátrica e 50% aproximadamente UTI adulta. Esse foi um dos grandes resultados de todo um trabalho da equipe, dos Secretários, com relação a melhoria à expansão de serviços. Como estávamos vendo ali, quando olhamos para fluxo percebemos em alguns lugares os vazios.

Feito isso, nós temos a distribuição das UTIs.

Percebemos que Mato Grosso em tudo o que olhamos em infraestrutura parece um garfo, é a BR-163, a 070, Secretário, sua região, e aqui a região da 364.

Então, nós temos aqui a distribuição. Aqueles leitos ali atrás... Esses aqui está distribuído dessa forma: Baixada Cuiabana, região Sul, Barra do Garças e Araguaia, e assim vai, Teles Pires, região Norte e Noroeste. Aqui tem essa linha. É mais ou menos essa a territorial dessas UTIs que estamos falando aqui, houve um incremento em algumas regiões do 1º para o 2º quadrimestre.

Agora dá para perceber, diante desses mapas e desses dados que foram apresentados ali, principalmente da distribuição nossa de serviços em que vemos os vazios, que temos um problema com a demanda no Estado, demanda reprimida.

Nós temos um Estado extremamente grande, e começamos a enxergar esses vazios. Temos aqui um valor estimado. Há uma demanda reprimida por oftalmologia e o valor estimado, com base na tabela do SUS, para reduzir essa demanda reprimida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Então, temos uma demanda reprimida aqui em torno de 18, aqui dão dezessete e pouquinho, eu somei aqui, mas este aqui não irá entrar nesta somatória, 17.000 de demanda reprimida em número de pacientes para oftalmologia, o valor aqui dessa demanda em termos judiciais, ou seja, aquele que bloqueia – e a maior parte vem por demandas judiciais, não é Gabriela? – e esse aqui é o que vem via administrativo para pagarmos. Então, 473 milhões para demandas judiciais. E o valor total para diminuir essa demanda reprimida em oftalmologia ficaria, com base na tabela do SUS, em aproximadamente 01 milhão e 200 mil reais.

(A SR^a GABRIELA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA – A Gabriela está dizendo que os procedimentos judicializados são os que eles não aceitam da tabela do SUS e, então, judicializam, porque entendem que esse valor é subestimado. Inclusive, durante o PPA, tínhamos uma tabela que ao somar os procedimentos estava dando mais de 100 milhões, a diferença entre o que os profissionais, os exames valem no preço de mercado, e o que é pago pela tabela do SUS. A diferença é muito grande e Gabriela está falando que em função disso vêm as demandas judiciais porque não aceitam os valores muito baixos e judicializam.

Outra demanda reprimida é em cardiologia, também de aproximadamente 19 mil pacientes. Em termos de reais teria a necessidade, de acordo com a tabela do SUS, de 04 milhões aproximadamente para reduzir essa demanda reprimida no Estado.

Aqui a demanda por serviços, quase todos por demandas judiciais: o *home care*, atendimento domiciliar, em torno de 02 milhões e 200 mil reais mensais; o SAMU, 233.602 reais; e a UTI aérea, 740.000 reais. Destacando que principalmente o *home care*... Não é, Gabriela?

Está errado? Foi o que me foi passado. Mas tudo bem, nós corrigiremos. O que importa é que o valor é alto.

Depois eu corrijo. Ela está falando que valor do SAMU é diferente, é maior, infelizmente.

Feito isso, o que dá para percebermos? Que nossos gastos na totalidade são em gastos correntes e que diante das necessidades precisamos fazer investimentos.

Como fica, então, se com os gastos correntes não sobra dinheiro para fazer investimentos?

No 2º quadrimestre são aqueles 06 milhões que foram investidos. Nós tivemos...

No 1º quadrimestre não se realizou investimento, como eu falei lá atrás, 100% foi em gasto corrente.

No 2º quadrimestre, mesmo tímido, já se faz. A que se referem esses investimentos? Foram passados para os Municípios para eles fazerem investimentos.

Com relação a obras, esses 491.000 reais em obras referem-se à reforma dos hospitais, das unidades hospitalares de Ribeirãozinho, Ponte Branca e São Félix do Araguaia. Esse dinheiro aqui foi para fazer essas reformas.

As contribuições para investimento, essa aqui d 456.000 reais, para equipamentos e instalações em Tangará da Serra e em Várzea Grande. Os outros são repassados Fundo a Fundo para os Municípios fazerem os seus investimentos. Então, deu um total de 05 milhões e 900 mil reais, que é aquele valor que nós já mostramos lá atrás.

O valor estimado, isso aqui, durante o PTA, foi identificado um volume de recursos que tínhamos que destinar para investimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Aqui para os hospitais. Foi colocado reforma como investimentos, mas não tratamos reforma como investimentos. Foi colocado aqui para ficar mais fácil de visualizar.

Os hospitais precisam de reforma, tem que fazer reforma de todos os hospitais, quase todos e precisam ser equipados esses hospitais, equipamentos.

Aqui destaca o volume de recursos que o Estado passa – isso está na mídia todo dia – para a construção do Pronto-Socorro Municipal. Não é a Secretaria que constrói, mas é tido como investimento.

Agora as unidades da Secretaria. Todas as unidades da Secretaria precisam de reformas e de inovações tecnológicas, equipamentos. Aqui para cada área ou unidade, como é o caso do Adalto Botelho, CRIDAC, hemocentro.

De forma resumida, temos aqui unidades hospitalares, precisaríamos de 28 milhões de reais para reforma; as unidades da SES 18 milhões; num total de 47 milhões aproximadamente, só para reformar toda a estrutura da Secretaria de Estado; equipamentos mais 43 milhões; e considerando a construção aqui, teríamos que ter um aporte de quase 140 milhões de reais no orçamento.

Parte disso daqui, Secretário, está no PTA, parte não, por causa do teto orçamentário.

Feito isso, faço as considerações.

O que podemos considerar, já encerrando a apresentação, que temos do 1º para o 2º quadrimestre aumento dos gastos correntes. Houve também uma evolução dos investimentos, mas percebemos que diante da necessidade em termos de reforma, de construção e de equipamentos para essas unidades, nós precisamos de mais. Isso é uma estimativa. Claro que a hora que tiver projetos, isso pode ser maior ou menor. A tendência é que seja maior.

Então, como já foi dito na outra reunião, para ampliar os serviços precisamos pensar e ter uma alternativa de como fazer investimentos no setor de saúde diante de um gasto corrente de 100%.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Agradeço a Srª Luceni Grassi de Oliveira.

Registro a presença do Exmº Sr. Deputado Zé Domingos Fraga, que já está conosco compondo a mesa.

Agradeço o Sr. Oscarlino Alves, Presidente do SISMA; todos os nossos companheiros, como a Célia, que também se encontra aqui junto conosco; o Sr. Luiz Vanderlei dos Santos, Presidente do SINTESMAT; o Professor Carlos Alberto Eilert, Presidente do Conselho Regional de Educação Física e Conselheiro Estadual de Saúde; e Srª Vera Lúcia Honório dos Anjos, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social e Conselheira Estadual de Saúde, também aqui presente.

Vou passar a palavra ao nosso Secretário de Saúde, Sr. João Batista, para fazer uso da fala.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Saúdo o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, Deputado Dr. Leonardo.

Também quero saudar o Deputado Zé Domingos Fraga; o Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, que se faz presente; os colegas Secretários-Adjuntos e Secretárias; os colegas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

da Secretaria de Saúde; nossa Assessora do Núcleo de Gestão Estratégica, a Sr^a Luceni, que brilhantemente fez a apresentação do quadrimestre da saúde.

Também quero cumprimentar o Sr. Oscarlino, Presidente do SISMA; e nossos colegas Conselheiros Estaduais de Saúde.

Senhoras e senhores, conforme acabamos de ver, apresentou-se aqui um relato bastante sintético, mas que apresenta a situação da saúde.

Vemos que estamos tendo despesas muito elevadas na saúde e que os recursos estão sendo insuficientes. Estamos tendo despesas para custeio e não estamos conseguindo fazer novos investimentos. Os pequenos investimentos que foram feitos são oriundos de Emendas Parlamentares, que foram destinadas para algumas cidades.

Vemos, então, que o Estado de Mato Grosso está passando por uma situação difícil. Temos dívidas que estão sendo pagas da gestão anterior, de exercícios anteriores, que fazem com que tenhamos um maior custo.

Estamos tendo até situações de atraso de pagamentos, dificuldades, conforme os senhores e senhoras estão acompanhando.

Estamos fazendo um trabalho - o Governo do Estado, na pessoa do Governador Pedro Taques, com os demais Secretários -, uma força-tarefa para podermos direcionar recursos para a saúde e a Assembleia Legislativa tem sido parceira também nesse sentido.

Estamos tendo dificuldades, conforme já foi apresentado, até com o parcelamento de salário de servidores e tivemos que reduzir a carga horária dos servidores na realização dos seus trabalhos para poder também buscar economicidade.

Tudo isso é reflexo da grande dificuldade que o Estado está enfrentando, que também a Nação está enfrentando.

Conforme os relatos apresentados, também vemos a diminuição dos repasses dos recursos do Governo Federal. Isso implica na continuidade das nossas dificuldades.

Mas quero me colocar à disposição e colocar nossa equipe técnica também à disposição, caso haja questionamentos por parte dos Srs. Deputados e por parte dos presentes, para que possamos fazer os esclarecimentos.

Quero parabenizar o Deputado Dr. Leonardo e Dr^a Elza pelo Dia do Médico e, em nome de Vossa Excelência e de Vossa Senhoria parabeno todos os médicos do nosso Estado, deixando minha fala de grande apreço e estima por essa classe que realmente é de importância grandiosa para que a saúde seja desenvolvida. Assim como as demais categorias são muito importantes, a medicina é muito importante para que a saúde seja distribuída a nossa população.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Gostaria de agradecer as palavras do nosso Secretário de Saúde, João Batista.

Registro e agradeço a presença da Sr^a Célia Cristina de Campos Santana de Carvalho, Diretora do Sindicato dos Servidores Públicos de Saúde do Município de Cáceres, e da Sr^a Maria de Fátima Almeida Moraes, Diretora do Sindicato dos Servidores Públicos de Saúde do Município de Cáceres, a querida Cidade de Cáceres.

Com a palavra, o amigo e nobre Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Obrigado, Deputado Dr. Leonardo!

Cumprimento Vossa Excelência, Presidente desta importante Comissão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Quero cumprimentar o nosso Secretário de Estado de Saúde, cumprimentando os demais servidores da Secretaria de Estado de Saúde que se fazem presentes e os sindicalistas.

Quero dizer, Deputado Leonardo, da minha preocupação com o Estado de Mato Grosso em função não só da crise, que é totalmente visível, mas, acima de tudo, em função dos reflexos que já estamos sentindo, nós que trabalhamos constantemente com o orçamento do Governo do Estado, e o quanto os serviços públicos estão sendo prejudicados, sem levar em consideração o que disse o Secretário, que até os próprios salários tiveram que ser parcelados.

Preocupa-me ver esses números, em que pese alguns números terem avançado, principalmente no que diz respeito à questão das UTIs, mas me parece que o critério foi mais político do que técnico, até porque sou do Município de Sorriso e tem trinta anos que aquele hospital não recebe um investimento sequer. Começou-se a construir lá uma cozinha, mas tem mais de quatro anos que está paralisada. Foi o único investimento que iniciou no Hospital Regional de Sorriso, que é um hospital pioneiro. Não existia em Sinop, não existia em Alta Floresta, não existia em Colíder, não existia em Peixoto de Azevedo, mas já existia o Hospital Regional de Sorriso, mas tem quase trinta anos que não se faz um investimento naquele hospital, que não se coloca um tijolo naquele hospital e que não se amplia o número de UTIs, em que pese este Parlamentar estar constantemente cobrando, principalmente UTI pediátrica, mas infelizmente até hoje não foi colocada naquele hospital.

Se fosse só a parte de investimento que não houve... A quantidade de investimento que você vê é de 139 milhões, de acordo com a necessidade da Secretaria e assim mesmo o relatório diz que Sorriso não precisa de investimento na melhoria da edificação física. Não é verdade! Ali é uma verdadeira gambiarra! Precisa ser melhorada aquela estrutura, uma estrutura arcaica, de tijolo à vista, totalmente insalubre. Aquilo é um forno e precisa, sim, de investimento para melhorar a estrutura física do Hospital Regional de Sorriso.

A minha preocupação é quando eu vejo que já temos um *déficit* gigantesco na área da saúde e com um orçamento aquém da necessidade da própria Secretaria de Estado de Saúde.

Hoje o nosso *déficit*, de acordo com as informações da própria Secretaria, aproxima-se dos 300 milhões de reais. O nosso orçamento para o exercício seguinte é de 1 bilhão e 500 milhões de reais, e, em função da falta de repasse da própria Secretaria de Estado de Fazenda, o Hospital Regional de Sorriso deve entrar em greve a partir de terça-feira, de hoje, eles irão se reunir, devem se reunir hoje e talvez não recebam mais ninguém, não internem mais ninguém. Estão com dois meses de salários... Pagou julho, faltam agosto e setembro, sem levar em consideração os dois meses anteriores ainda de quando a gestão era feita pela OSS e estou vendo que estamos voltando àqueles patamares do Governo passado, da judicialização da saúde.

Se olharmos os números da judicialização já nos preocupa, principalmente oftalmologia, cardiologia, UTI, *Home Care* e assim por diante. Já requer um número bastante significativo de recurso que poderia ser investido na melhoria dos hospitais regionais, nos avanços em termo de exames, de cirurgias de alta complexidade. No entanto, nós não estamos conseguindo avançar, a não ser nas UTIs, que foram colocadas de forma pontual, não há nenhum outro avanço em termos de novas especialidades.

Sabemos que o número de óbito está aumentando dentro dos hospitais regionais e eu gostaria até de pedir ao Secretário que pudesse nos fornecer esse número de óbitos que estão acontecendo dentro dos hospitais regionais do Estado de Mato Grosso para esta Comissão Permanente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Também o número de judicialização está aumentando e isso é público e notório. Não precisamos... É só irmos aos hospitais regionais da sua cidade, da sua região para percebermos esses números, que as estatísticas estão aumentando, além do descontentamento, que está grande e a resolutividade diminuiu.

Eu me recordo que em Sorriso, há quatro, há seis anos, a média de um paciente internado era de cinco dias, hoje está muito maior, até porque não dá mais vazão, sem levar em consideração as cirurgias eletivas. Cirurgia eletiva lá não existe mais. Não se faz cirurgia eletiva. Só se faz cirurgia de emergência e isso vem causando transtornos irreparáveis para quem tem problema de vesícula, para quem tem problemas de mioma e tantos outros problemas, até mesmo erros humanos cometidos pelos próprios médicos da unidade, da parte da ortopedia, que não consegue reparar o erro porque não se trata mais de urgência e emergência.

Então, o quadro, Secretário, com todo o respeito pela Vossa Excelência, que é o meu contemporâneo da região do centro norte mato-grossense, um homem que entende de saúde pública, que é apaixonado, mas infelizmente está virando mais Secretário de Fazenda, Secretário de Administração, correndo atrás de financeiro do que literalmente Secretário de Saúde.

Eu disse a Vossa Excelência que desejava muito sucesso, mas tinha medo que Vossa Excelência fosse mais um, dentre tantos Secretários que já passaram nesta Pasta, levando em consideração o tempo que eu estou como Deputado. Estou como Deputado há dez anos e olha que já passou um rol de secretários muito grande, principalmente no Governo Pedro Taques. No Governo Pedro Taques já passou um número bastante significativo de secretários e isso nos preocupa, porque quando o secretário toma pé da situação e quer realmente fazer um trabalho de avanço em termos de política de saúde pública, em parceria com os municípios, quando ele consegue tomar pé da situação, já tem que deixar o cargo, chega outro secretário totalmente vulnerável e até que toma pé da situação novamente – e é muito complexa essa área da saúde -, termina tendo que deixar o cargo mais uma vez.

Então, isso é bastante preocupante. Eu acho que o Governo terá que meter a mão do FETHAB. Nós já discutimos isso, não tem outra saída para, pelo menos, corrigir esse passivo desse exercício.

Se meter agora a mão em trezentos milhões do FETHAB neste ano não resolve o problema financeiro da saúde pública do Estado de Mato Grosso, mas pelo menos consegue passar a régua, consegue zerar esse *déficit* que vem tirando a tranquilidade do gestor da saúde do Estado de Mato Grosso que, com certeza, vem aumentando o número de judicialização e óbitos no Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de fazer essa ressalva. Os números são muito ruins, são muito ruins, são piores do que os números da economia, até porque aqui se mexe com vidas, são muito ruins. Eu não vejo avanço nenhum nesta área, em que pese estarmos aqui dando todo o apoio necessário ao Governo do Estado, que eu tenho certeza de que está se esforçando.

Deputado Dr. Leonardo, irei apresentar um requerimento hoje solicitando a presença do Secretário de Fazenda para que ele possa nos dizer o que estamos fazendo para sair da crise. Porque sair da crise e só contando com recurso advindo do Governo Federal, ou FEX, ou a receita capital, ou empréstimo por parte do Governo Federal, tenho certeza de que isso não acontecerá a curto e médio prazo e a saúde não espera.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

A doença não tem hora para chegar e não tem porta para bater. Então, precisamos realmente achar uma fonte de recurso de forma emergencial, rápida, para que possamos dar a tranquilidade necessária ao Secretário para fazer essa travessia para o exercício de 2017.

Já é público e notório que a saúde tem um rombo de mais de 300 milhões de reais e que o Estado deve virar o ano, se não buscar uma fonte de recurso extraordinária, com um rombo de mais de um bilhão de reais para o exercício de 2017.

Como 12% já não financiam mais a saúde, vamos continuar realmente sofrendo, muitas vezes, até proibidos... Eu estou proibido de ir ao município de Sorriso, porque tenho pegado muito no pé do Secretário com relação à regularização dos salários dos médicos, dos prestadores de serviço. Há alguns dias lá não tinha roupa de cama. Estava proibido internar, porque não pagaram a prestadora de serviço, estavam sem roupa de cama para poder fazer internação.

Isso realmente traz prejuízos irreparáveis politicamente para nós, até porque somos da cidade.

Tenho o costume de visitar o hospital todas as vezes que vou ao município de Sorriso e fiquei proibido de fazer estas visitas, até porque as cobranças vêm e você não consegue dar uma resposta, ainda mais quando você é da base, como sou da base do Governador Pedro Taques, tenho defendido o Governo Pedro Taques, as nossas cobranças não são iguais às cobranças de outros Deputados da oposição e nós terminamos sendo, Deputado Dr. Leonardo, severamente prejudicados politicamente na base, especificamente, no município onde nós praticamente construímos uma história política.

Minha história política, em função da saúde que eu sempre defendi o fortalecimento do hospital regional, está sendo arruinada em virtude da falta de repasse do Governo do Estado para os profissionais, para os prestadores de serviço do hospital regional.

Só resta, Secretário, desejar ao senhor muito sucesso.

Coloco-me à disposição da Vossa Excelência para que possamos achar uma saída para fazer esta travessia.

Infelizmente, não tenho como parabenizá-lo pelo serviço prestado, porque o senhor não passa de um verdadeiro servidor, como se fosse um servidor da saúde que está para apagar fogo e não conseguiu realmente avançar dentro daquela sua filosofia de trabalho, dentro daquela filosofia, dedicação e competência que vi o senhor impregnar no município de Nova Mutum.

O senhor está com o *status* de Secretário do Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, mas infelizmente não está conseguindo dar uma resposta positiva à população de Nova Mutum, de Lucas do Rio Verde, de Sorriso, enfim, à população do consórcio intermunicipal do Teles Pires, que conhece muito bem o seu trabalho como gestor nesta área da saúde do Município de Nova Mutum.

Resta-me lamentar e, ao mesmo tempo, me colocar à disposição para que realmente possa ter êxito, possa ter sorte que as coisas melhorem para que o senhor possa ter uma passagem duradoura frente à Secretaria, para que possa ficar na história como um dos Secretários do Estado que avançou, que realmente fez política pública de saúde, que realmente fez com que o sofrimento de milhares de cidadão mato-grossense fosse aliviado.

Infelizmente, não posso dar esses aplausos ao senhor neste momento, em função do senhor ter sido mais um dentre os demais Secretários que passou pela Secretaria de Estado de Saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Vamos torcer para que realmente possamos achar uma saída emergencial e ano que vem seja bem melhor que este ano de 2016.

Obrigado, Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Com a palavra, o Secretário.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Quero agradecer o Deputado Zé Domingos Fraga pelas suas palavras.

Na verdade eu tenho uma filosofia de trabalho, que é não esconder o sol com peneira.

Não podemos omitir ou querer encobrir a realidade dos fatos.

Quando assumi a Secretaria de Estado de Saúde, e sou muito honrado pelo convite que recebi do Governador Pedro Taques, assumi essa função sabendo das dificuldades, sabendo da problemática que a saúde do Estado está enfrentando.

Continuo motivado, entusiasmado, continuo de cabe erguida, porque acredito que nós vamos fazer um trabalho, junto com o Governo do Estado, com a parceira da Assembleia Legislativa, com as forças vivas que trabalha na área de saúde para que mudemos essa história.

É lógico que existem muitas pessoas, e há poucos dias alguém me procurou e disse: “João, vim aqui para te dizer, largar a função de Secretário de Estado de Saúde.” Mas não vou me curvar diante das dificuldades. Não vou me curvar!

O Brasil, o nosso Estado, os municípios. precisam de pessoas que assumam as responsabilidades.

Como gestor que fui do Município de Nova Mutum por 10 anos na área de saúde, enfrentei muitas dificuldades e não vim para Secretaria de Estado de Saúde achando que eu viria aqui ser acariciado, não vim para cá achando que eu seria soldado como salvador da pátria, vim para assumir a responsabilidade que me cabe na condição de gestor da saúde.

Lamentavelmente, para que falemos da atual situação, precisamos falar um pouquinho do passado.

Deputado Zé Domingos Fraga, eu não fico nem um pouquinho incomodado com suas palavras porque o conheço. Eu sei que Vossa Excelência é uma pessoa que insistentemente, diuturnamente tem nos cobrado realmente para darmos resposta à situação de Sorriso. No entanto, efetivamos os pagamentos dos médicos, dos profissionais e já pagamos o mês de agosto, pagamos esta semana. Estamos devendo ainda alguns servidores lá em razão de que uma instituição bancária fechou, onde os profissionais tinham suas contas, eles migraram para outra instituição bancária e estão tendo certa dificuldade na Secretaria de Fazenda para fazer a resolução desse problema no cadastramento junto à SEFAZ, mas brevemente faremos essa regularização, o pessoal está na SEFAZ fazendo essa regularização, e esperamos brevemente ter isso resolvido.

Sabemos realmente a situação do Estado. Lamentavelmente o Estado nessa gestão do Governador Pedro Taques assumiu com um grande rombo.

Um Estado que tem um orçamento de quase 18 bilhões de reais encontrar o Estado com 84 mil na conta única é lamentável, é lastimável, porque conseguiram dilapidar o patrimônio do nosso Estado, conseguiram fazer com que a nossa instituição Estado ficasse mergulhada realmente em déficit, ficasse mergulha em descrédito e em todas essas mazelas que nós estamos vivendo.

Conforme foi apresentado, estamos pagando valores da gestão passada de dívidas que estavam pendentes, que neste governo está sendo necessário pagar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Vários hospitais, várias instituições, OSS que estão administrando os nossos hospitais ficaram em dívida. O Estado ficou devendo, ficou devendo para fornecedores.

Estamos tendo dificuldade ainda de conseguir normalizar o fornecimento de medicamentos, estamos tendo dificuldades sim de pagar em dias fornecedores, pagar nossas instituições hospitalares, mas tudo isso se deve também a um fato, não podemos negar isso, à situação calamitosa que foi pego o Estado. Lamentavelmente é o primeiro Estado da Nação que temos ex-gestores que estão detidos até hoje. Isso não se deve porque resolveram a situação do Estado, isso não se deve porque cumpriram com seu papel de gestor e a população toda esta pagando por essa situação encontrada.

O Governo Pedro Taques, que é um Governo que está procurando realmente resolver esta situação, está enfrentando dificuldades, aliado ao fato encontrado, da situação encontrada e mais a situação de dificuldade que o Estado atualmente está enfrentando pela diminuição de repasses do Governo Federal e pela diminuição na arrecadação - estamos vivenciando isto -, mas continuamos empenhados. A saúde é prioridade.

O Governador e a equipe toda do Estado de Mato Grosso, os gestores das Secretarias do Estado de Mato Grosso estão trabalhando, estamos trabalhando incessantemente, incansavelmente para direcionar recursos e orçamento para a saúde, para que possamos resolver esses problemas.

Eu continuo dizendo, Deputado: não vim para ser mais um.

Eu confio no Governador Pedro Taques, foi por isto que aceitei essa missão, que para mim é um sacerdócio, estar na área de saúde, porque eu vivo a mais de dez anos a situação de ver pais perdendo filhos, filhos perdendo pais, famílias perdendo seus sonhos, porque estamos vivenciando há décadas os problemas na saúde neste Estado.

Falta de investimento, falta de qualificação, de repasses para os nossos hospitais, falta de investimentos em hospitais aqui mesmo dentro das nossas descentralizadas na saúde do Estado, dentro de Cuiabá. Estamos vendo o sofrimento que os nossos trabalhadores estão enfrentando.

Eu tenho recebido os companheiros do SISMA, tenho recebido os servidores da saúde, os responsáveis pelas descentralizadas e ouço suas reclamações e angústias com relação a prédios que estão com necessidade de reformas, muitas vezes com falta de equipamentos para dar melhores condições de trabalho, mais um ano e nove meses de gestão da atual administração do Pedro Taques não foi possível fazer estas correções de décadas.

Quando assumimos a última gestão do Governo Municipal de Nova Mutum, em que ficamos fora uma gestão, quatro anos, demoramos sete meses para colocar a casa em ordem, sendo que diziam que a casa estava devidamente saneada. Nós encontramos dificuldades e demoramos sete meses para colocar a casa em ordem. Não tínhamos sequer anestesia para os profissionais de odontologia fazerem seus procedimentos. Ambulâncias que foram adquiridas na gestão anterior, na nossa gestão, foram deixadas sequer sem fazer revisões, com pacientes sendo deslocados pela BR-163, correndo risco de vida.

Imaginem um Estado com dimensões continentais, com dificuldades tamanhas, ser encontrado com oitenta e quatro mil reais na conta única do Estado.

Então, meus amigos, fazemos esta manifestação e entendo as angústias do Deputado Zé Domingos Fraga, entendo as angústias do Deputado Dr. Leonardo e dos demais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Deputados que nos ligam, nos procuram todos os dias pedindo para que coloquemos em dia os pagamentos. E não está sendo fácil. Eu entendo.

Vossas Excelências são a caixa de ressonância da população mato-grossense. Vossas Excelências, quando vão para suas bases, encontram realmente reclamações e estou aqui sendo solícito, Deputados, com suas reclamações, com suas agruras, porque nós vivemos isso.

Não é nada agradável receber uma ligação e dizer que eu não tenho realmente o recurso necessário para efetuar o pagamento no dia em que profissionais dizem que vão parar, situações constrangedoras para nós que estamos à frente da gestão, mas eu digo e repito: haveremos de passar essa situação, haveremos de dar uma resposta positiva para a nossa sociedade mato-grossense que espera, sim, resultado e resultado, principalmente nessa área tão melindrosa, tão necessária e carente que é a saúde.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Obrigado, Secretário.

Agora vou abrir a fala para o Professor Carlos Alberto Eilert, que representa o Conselho Regional de Educação Física e Conselheiro Estadual de Saúde.

Por favor, professor.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Boa tarde a todos e todas!

Agradeço aqui, como Conselheiro, e cumprimento a mesa em nome do Deputado Dr. Leonardo; o nosso Secretário e Presidente do Conselho Estadual de Saúde - acho que tem que colocar essa parte no telão -; e o nosso Deputado Zé Domingos Fraga.

Realmente, Sr. Secretário, o senhor tem um monte de razão. Não vou tirar.

Tenho acompanhado sua gestão como Presidente do Conselho Estadual de Saúde. O Conselho Estadual de Saúde vive um caos, depois do Governador Blairo Maggi, quando alguns Secretários que por lá passaram e derrubaram o Conselho, até tentar nos tirar de dentro da Secretaria de Saúde eles quiseram e nós tivemos que não fazer força para não cair.

Agora, preocupa-me alguns fatos.

Sr^a Luceni, parabéns pelo relatório. Nesses seis ou sete anos que milito no Conselho nunca vi um relatório dessa natureza.

Estive aqui na Audiência Pública da prestação de contas na semana passada e lá, salvo melhor juízo, o Secretário disse que na saúde treze e alguma coisa que já foram gastos e você nos apresentou 12,73%...

(A SR^a LUCENI GRASSI COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT – Não. Não, não... Ele prestou conta do quadrimestre.

Desculpem! Prestem bem atenção!

Ele veio prestar conta aqui do quadrimestre e já tinha dinheiro na saúde de treze e alguma coisa. Só se eu estiver enganado. Estou com o documento no carro e não trouxe. Estou com o relatório. E você nos colocou 12,78%...

Vou fazer algumas considerações. No dia 18 de outubro está publicada uma matéria no *Circuito Mato Grosso* onde a Controladoria Geral da União - CGU diz que os carros da vigilância endêmica estão parados - ranger, não sei o que lá, e toda situação -, que 25 milhões vieram para *zika, chikungunya* e tal, e eu não consegui ver ali. Essa é a primeira situação.

A outra coisa é que dívida de anos anteriores não pode fazer parte do orçamento deste ano! Está na Lei Complementar nº 141. E quem paga esse recurso é o Governo do Estado de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Mato Grosso. A minha preocupação é que está sendo pago com o dinheiro da saúde. Deste ano? Essa é a pergunta. Se for deste ano, nós estamos infringindo uma lei complementar. Está escrito na Lei Complementar nº 141. Esse é um dos motivos, por que o relatório anual de gestão não passa no Conselho Estadual de Saúde há mais de seis, sete, oito anos. Se o dinheiro está lá não pode ser pago.

Eu gostaria de ouvir esse esclarecimento. É com o dinheiro deste ano? Foi o que eu entendi aqui? Então, está errado. O Estado tem que prover o dinheiro dos recursos anteriores.

Então, Deputado Zé Domingos Fraga, aquela história dos 13 milhões pode ser, porque na saída do Augustinho Moro nós tínhamos uma dívida de mais de 100 milhões que ficou para a próxima gestão, Vossa Excelência se lembra muito bem. Não é isso? E esse dinheiro nunca constou como pagamento anual junto do orçamento anual. Então, vamos verificar por aí.

Outra, bastante preocupante: reforma na sede da Secretaria Estadual, quatrocentos mil?

Quatrocentos mil é de seis anos atrás e até hoje não tem elevador para deficiente. Isso é um absurdo! Já denunciei aqui há muito tempo.

Se eu quiser falar com o Secretário e for cadeirante, ele desce para falar conosco. Quatrocentos mil era só o elevador, há seis anos. E o Estado até hoje...

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Cinco milhões. Cinco milhões atualizados, o Oscarlino acabou de falar.

Vejam bem, isso é de seis, sete, oito anos atrás. Essa é a história. Então, não podemos olhar. Quatrocentos mil não resolve o problema do cidadão!

Mesmo que o Secretário vá para o térreo para receber o povo, quem precisar subir ao terceiro andar, se tiver algum problema de locomoção, mesmo o próprio funcionário, como ele vai trabalhar? Não tem condições!

Acho que está mal dimensionado esse recurso para a reforma.

Com relação ao aumento dos gastos correntes, que temos olhado, e mais essa outra situação, eu fico muito mais nos valores, gente, porque como Conselheiro Estadual de Saúde, e não estou aqui representando o Conselho, porque quem deveria estar aqui nos representando era o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, porque eu já fui e sempre estive aqui, em todas as audiências, o Deputado Zé Domingos se recorda, quando o Conselho Estadual de Saúde começou a ser visto nesta Casa - desculpe-me a expressão - e eu fazia questão de me apresentar como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, e alguns funcionários se lembram. Não ganhei mais eleições, talvez pela minha forma de conduzir. É assim que funciona.

Com relação aos Hospitais Regionais, quero cumprimentar a CPI da Saúde, que achou mais de duzentos milhões de diferença - não é isso? -, que eu espero que este Estado realmente recupere.

Agora, Sr. Secretário, não vamos olhar para trás. Vamos olhar para o futuro!

Oitenta e quatro mil, oitenta e quatro milhões... O que aconteceu no passado e quem estava está lá, há mais de anos parado, respondendo por isso.

Temos que olhar o povo de Mato Grosso, o que ele precisa.

E eu fico preocupado quando a pessoa abre uma denúncia na ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS, em julho, dizendo que não foi bem atendido pelos funcionários. Vou deixar isso aqui na Comissão de Saúde. Está aqui! Esteve procurando a coordenação financeira e foi mal atendido, esteve...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Não sei por que não recebe, não recebeu dinheiro, desde o ano passado, de uma venda que foi feita... Está aqui. Foi feita na ouvidoria do SUS. Então, não estou falando sem papel, não! Papel na mão. Está aqui.

Acho que com essas coisas, concordo com o senhor, precisa melhorar!

E aí, Deputado, para finalizar a minha fala, salvo melhor juízo, pode ser que eu tenha faltado a essa reunião, essa apresentação não passou no Conselho Estadual de Saúde até agora.

Nem a do 1º Quadrimestre, nem a do 2º.

Os senhores se lembram muito bem que na outra Audiência Pública tentaram dar um balão, jogar o 1º quadrimestre junto com o do ano passado, e não veio.

Na apresentação que estamos fazendo, está gravado: “ah, é do ano anterior, do 1º quadrimestre”.

Aí eu falei: do 1º quadrimestre não, porque não passou no Conselho. Aí que nós estamos apresentando.

Eu quero dizer que hoje os dados estão mais visíveis para o povo e para nós, Conselheiros.

Está de parabéns à equipe que conseguiu montar isso. Temos que reconhecer! Olha que eu defendo bastante os funcionários. Então, e nesse sentido que nós queremos colocar.

Para finalizar, vou bater na tecla outra vez, como é que o Secretário de Saúde assina uma resolução contra ele próprio, se ele é o Presidente do Conselho?

Até quando vamos viver nessa natureza, onde nesta Casa de Leis foi aprovado, até porque nós não recebemos nada, o povo tem que entender como conselheiro, muito pelo contrário, tem repartições que descontam o ponto do servidor que vai para o Conselho, da temos que entrar com uma carta dizendo que você é Conselheiro de fé pública e tem direito de não descontar do seu salário. Até quando nós vamos ter eleição para Presidente? E este Governo vetou. Porque na época o Secretário Valdir Bertúlio disse que ele iria ser o Presidente da Conferência Estadual de Saúde, que era bom, que precisava ser ele como Presidente do Conselho. Então, desculpe-me, o Veto não passou nesta Casa e eu espero que um Deputado apresente novamente, porque a matéria do Presidente do Conselho Estadual de Saúde não tem recurso financeiro para ele. Nós trabalhamos em prol do povo.

Eu vou para o Município e digo que ele tem que eleger o Presidente do Conselho Municipal de Saúde e o Estado não cumpre a lei!

A lei foi apresentada aqui pelo nosso médico querido, Deputado Dr. Guilherme Maluf, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os médicos do nosso Estado de Mato Grosso, como o Dr. Leonardo, a Drª Elza, que são meus colegas. É nesse sentido que nós queremos.

Está melhor tratando com o nosso Secretário? Eu vou ser sincero, Deputado Dr. Leonardo. Está. Estão sendo mais visíveis as coisas. Acho que ele está de parabéns. Nós temos que elogiar a condução. Hoje a condução do Conselho Estadual de Saúde tem certa visibilidade que não tinha. *Ok!*

Mas, desculpem-me, eu acho que muitos dados que estão aqui - e o deles o principal -, orçamento deste ano não paga dívida de anos anteriores.

Essa é a minha pergunta: está pagando deste ano dívida anterior, dos anos passados? Não pode. O Estado tem que prover esse recurso e aí o senhor fica de mãos atadas. *Ok!*

E preocupa-me aquela situação. Eu tinha anotada aqui uma situação, fui anotando e como eu não tive os dados anteriores fica mais difícil de olhar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Faltou o principal. Qual é a função do Estado? Não é promover saúde, diminuir o hospitalocentrismo? Nós estamos jogando todo o nosso dinheiro na alta complexidade!

Cadê atenção básica? Onde está o investimento? Vocês viram os dados? Olhem bem. Onde o dinheiro foi parar?

Tudo na alta complexidade. Nós precisamos fazer promoção de saúde, prevenção.

E, volto a dizer, qual o compromisso do Estado de Mato Grosso em colocar uma disciplina no currículo, agora tem a mudança, esperamos que o Estado faça essa, educação em saúde. Procurem o posto de saúde, esqueçam o hospital, vamos fazer um programa para este Estado de promoção e prevenção e tenho certeza que o nosso Sindicato estará junto na luta e na defesa.

Era nesse sentido que eu quero colocar.

Agradeço pela fala. Tenho outro compromisso, mas não poderia faltar.

Como os senhores sabem, o Conselho Regional de Educação Física completou um ano. Foi nesta plenária que nós fomos separados de Campo Grande, no mês de setembro.

Eu quero agradecer. Estamos dispostos a trabalhar em prol da saúde do cidadão.

Meu amigo, Deputado Zé Domingos Fraga, tenho quase certeza que os filhos de Sorriso ainda vão nascer todos lá, porque os de Colíder nascem em Alta Floresta porque a pediatria está fechada - pelo menos essa é a informação que eu tenho dos meus colegas - ou vão para Sinop para nascer. É um absurdo ter essa condição naquele hospital.

Em relação às OSSs o Conselho já tem firmado: somos contra. Até hoje a resolução não foi publicada, nem pelo atual Governo, porque caducou.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Eu quero agradecer ao Sr. Carlos Alberto.

Vamos responder algumas perguntas do professor. Obrigado.

A Comissão de Saúde e Previdência Social está recebendo a documentação que o professor nos entrega. Relatório da Ouvidoria do SUS sendo entregue à Comissão de Saúde e Previdência Social.

Por favor, Secretário.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Caro, professor, Conselheiro, obrigado também por suas palavras.

Realmente a Secretaria de Estado de Saúde deve fazer a promoção da saúde. O nome já diz: Secretaria Estadual de Saúde. Não é Secretaria Estadual da doença. Então, nós precisamos realmente promover.

Estamos fazendo um trabalho junto com a nossa Secretária-adjunta de Políticas em Saúde e regionalização justamente objetivando desenvolvermos um trabalho com os municípios.

Quero realmente elogiar o trabalho da Assembleia Legislativa em fazer o repasse de valores para o Estado para aquisição de ambulâncias, porque vemos quantos municípios que seus pacientes estão padecendo por não terem um meio de transporte adequado.

Mas nós realmente precisamos não fazer a ambulanciaterapia. Temos que cuidar realmente dos nossos pacientes no município e nas microrregiões, ou fazer um trabalho de regionalização.

Temos que trabalhar com a atenção básica e estamos instituindo junto com os escritórios regionais de saúde, com os secretários municipais de saúde, porque queremos cobrar os números, resolutividade nas unidades básicas de saúde. Não pode apenas haver cobertura de PSFs. É

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

necessário ter real e efetivamente um trabalho de prevenção, um trabalho de valorização da atenção básica.

Estamos fazendo um trabalho junto com a nossa Escola de Saúde Pública. A Escola de Saúde Pública ficou muitos anos desassistida. Ela precisa ser melhorada, incrementada, com mais condições e mais recursos para fazer um trabalho de educação continuada para com os municípios.

Sei disso porque no meu município conseguimos na época apenas em 2002 termos um introdutório ao PSF. Em 2002! De lá para cá não conseguimos mais fazer isso.

Agora que o Estado está conseguindo novamente dar um direcionamento para a Escola de Saúde Pública, propiciando isso aos municípios. Então, isso é necessário.

Concordo com o senhor, é necessário promovermos realmente a saúde, fazermos uma inversão, gastar mais em atenção básica do que nos processos curativos.

Lamentavelmente, ainda estamos vivendo nessa situação e precisamos fazer realmente uma inversão de valores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agora fará uso da palavra o Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Saúde do Estado de Mato Grosso-SISMA.

O SR. OSCARLINO ALVES - Eu gostaria de cumprimentar primeiramente os componentes da mesa, os Deputados, em nome do Deputado que preside os trabalhos da audiência pública, Deputado Dr. Leonardo; o nosso Secretário de Estado de Saúde, Dr. João Batista; o nosso Deputado Presidente da Comissão de Orçamento, uma Comissão de grande relevância e importância; o Deputado Zé Domingos Fraga, todos os colegas presentes, os pouquíssimos colegas que tiveram a coragem de vir, os colegas da SES, algumas autoridades e alguns gestores da Secretaria do Estado de Saúde.

De antemão quero fazer minha crítica. Precisamos fazer a lição de casa.

É alarmante, é uma situação até muito preocupante. Somos três milhões de habitantes neste Estado de Mato Grosso e não temos cinquenta pessoas aqui.

A saúde, o SUS, está na UTI há anos, estamos com gente morrendo em nossas mãos, os trabalhadores estão adoecendo, estão virando usuários do sistema.

Discordando um pouquinho, e concordo também com o que disse o Carlos, que é Conselheiro, eu também sou Conselheiro Estadual de Saúde, represento o segmento de trabalhadores no Conselho Estadual de Saúde, não devemos olhar para o retrovisor para ver as coisas ruins que foram feitas. Temos que aprender com os erros. Mas temos que olhar para o retrovisor porque temos um marco divisor, temos um divisor de águas, que se chama 1º de janeiro de 2015, um novo Governo que se instalou.

Temos quase dois anos de gestão e muita coisa que podia ser feita. Temos algumas variáveis preocupantes, esse é o terceiro Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso. Houve um primeiro, em menos de um ano saiu, mudou, veio o segundo e agora o terceiro Secretário de Saúde em que estamos depositando confiança.

Não adianta este Governo dizer que não teve condições de fazer. Essa explicação não aceitamos.

O trabalhador fez várias provocativas - o próprio Governador falou nas mídias -, nos reunimos centenas de vezes, mas não foi para tratar de RGA. É uma inverdade. Não falamos de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

RGA nas reuniões. Nós fomos pedir condições de trabalho, fomos pedir concurso público, a nossa pauta de reivindicação anda nas nossas costas...

(O ORADOR VIRA-SE DE COSTAS PARA MOSTRAR A PAUTA ESTAMPADA EM SUA CAMISETA.)

O SR. OSCARLINO ALVES - Quatorze anos sem concurso público, dois já neste Governo.

Estamos refém da OSS. Isso foi falado lá no passado no Conselho Estadual de Saúde.

Nosso modelo de hospitalização não funciona, precisa, sim, investir na atenção básica, mas já que temos uma demanda reprimida na questão da hospitalização e dos exames de alta complexidade nós precisamos dar resolutividade a essa situação.

Não podemos deixar que esse cidadão que contribui, e muito, morrer em nossas mãos. Nós precisamos resolver essa fila da vergonha, essa fila da espera, e já tem dois anos.

Nós chamamos a primeira provocativa do Governo no primeiro dia de mandato de Governador. Ele esteve no dia 05 de janeiro de 2015 na Secretaria de Estado de Saúde, apresentou o Secretário e apresentou um acordo de resultados para melhorar a vida do cidadão mato-grossense, da saúde do mato-grossense, e tinha um plano de metas e ações que seriam desencadeadas que iria resolver o problema. Não vimos nada disso acontecer.

Em maio de 2015 nós chamamos o Governo para participar do Congresso de Trabalhadores da Secretaria de Estado de Saúde. Esse aqui é o extrato, cidadão mato-grossense.
(O ORADOR MOSTRA UM ENCARTE.)

O SR. OSCARLINO ALVES - Tem centenas de propostas dizendo a Secretaria de Estado de Saúde que temos e a Secretaria de Estado de Saúde que nós precisamos para trabalhar, trabalhar felizes, trabalhar contente, motivados, em ambiente salubres.

Em dois anos não dá para tirar coelho da cartola, mas em dois anos, se nós tivéssemos um cronograma e tivéssemos ações práticas, já teríamos avançado muito.

Tem uma explicação que nós gostaríamos de fazer. A colega - achei bonito da parte dela - me puxou a orelha porque eu cheguei atrasado, mas nós estamos participando de todas Audiências Públicas, discutindo de forma propositiva.

Nós não queremos atirar pedras. Nós não estamos torcendo para o Governo não dar certo. Estamos torcendo para esse Governo dar certo, porque a maioria, através do voto, escolheu nas urnas esse governador e esse governo e ele tem trazer algumas resoluções, ele tem que trazer uma resposta positiva para sociedade mato-grossense. Então, nós torcemos para o êxito desse governo. Só que nós temos uma história por trás de uma situação que é muito importante: sem dinheiro extra não adianta. Isso é um passivo, é uma bola de neve que nós vamos arrastar sempre. Essa situação.

Se nós temos um déficit de 300 milhões, não pode sobrar um bilhão de reais nos Poderes. Tem alguma coisa errada! Se sobra um bilhão de caixa financeiro no caixa dos Poderes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e faltando para a saúde 300 milhões tem alguma coisa errada.

Esse dinheiro não é dos Poderes. Esse dinheiro não é do Executivo. Esse dinheiro tem que pagar o passivo da saúde. Os médicos precisam receber, sim.

A coisa está errada desde lá detrás.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Deputado Dr. Leonardo, dizem que os médicos... Eu gostaria depois de fazer uma pergunta e já vou direcioná-la. Na Secretaria de Estado de Saúde tentam vender uma situação, assim como a crise, que tentam vender e nós não acreditamos nela, porque ela é cíclica, alguns problemas acontecem de forma cíclica, mas tem a recuperação e tem as ações que precisam ser feitas para poder recuperar.

Dizem que os médicos não gostariam de fazer concurso público. Estou com a ex-Presidente do Sindicato dos Médicos aqui e isso não é uma verdade.

Este Governo - vamos falar deste Governo - sabia do déficit de mão de obra. Estamos reféns da mão de obra especializada dentro das organizações sociais, os médicos agora, depois que prestaram os serviços, precisam receber.

Antes de 2011, quando implantou as OSS em Mato Grosso, os médicos recebiam o salário da nossa tabela salarial, do plano de cargos e carreiras e salários da Secretaria de Estado de saúde, e recebiam um adicional de produtividade através do consórcio intermunicipal de saúde, e não era uma fortuna como paga hoje para a mão de obra especializada.

Esta mão de obra hoje produz através regime de pessoa jurídica, tem médicos e grupos de médicos que recebem uma fortuna, precisam receber, sim, prestaram serviço, fizeram contrato e precisam receber. Agora nós precisamos da audácia, da coragem, da audácia política de se tomar uma decisão e fazer concurso público.

Assinamos um acordo com o atual Governo que está homologado na Justiça, o governo não cumpriu nenhuma das premissas. Não foi comprada uma cadeira para o servidor da Saúde de Mato Grosso e nós somos 4.200 servidores.

Como falar na eficiência da prestação de serviço, se o trabalhador vive num inferno dentro das unidades hospitalares, dentro das unidades ambulatoriais, dentro das unidades básicas de saúde, dentro das unidades de diagnósticos? Como vamos atender bem a população? Nós estamos ficando mais loucos.

O percentual de absenteísmo é altíssimo na Secretaria de Estado de Saúde. O servidor está comedido de doenças que prevalecem saúde mental, tomando medicamentos antidepressivos para ir trabalhar, tomando medicamento antidepressivo para ficar em casa. Nós precisamos de uma decisão.

Nós viemos nesta Audiência Pública, assim como viemos na prestação de contas do Governo, apontar algumas soluções.

O agronegócio precisa agora dar sua contribuição. Neste momento crise, neste momento de escassez, não pode sobrar dinheiro nos Poderes e o agronegócio contribuir apenas com 3% de ICMS, enquanto os senhores, que estão sentados aqui na plateia, pagam 30% de ICMS na sua conta de luz, de água, de telefone, de todos os produtos que vocês vão comprar, de produtos e serviços que vocês vão adquirir no mercado.

O pequeno comerciante está morrendo, fechando as portas. Nós temos uma regressão de 20% no comércio, enquanto grandes redes de lojas e o agronegócio têm renúncia fiscal crescente no Estado de Mato Grosso já nesse próprio Governo.

Dá um salto da LDO de 2016 de 01 bilhão e 64 milhões para 02 bilhões e 400 milhões em 2017.

Então, nós não estamos vendo soluções. Nós precisamos de dinheiro extra, de recursos extras, ter uma parcimônia dos Poderes sentarem, assim como houve há alguns dias, ceder

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

um pouco o duodécimo que foi atrasado, mas assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, assinar uma confissão de dívida. Parcelar para pagar depois é dar essa garantia.

Esse dinheiro não pode estar sobrando. Que justiça é essa?

Quero fazer uma crítica também. Não estamos vendo as pessoas presentes. Não estamos vendo o Tribunal de Justiça participar desta Audiência Pública de grande relevância, não estamos vendo aqui o Ministério Público sentado na mesa, não estamos vendo a Defensoria Pública, que tem recursos extras também, não estamos vendo os Procuradores do Estado sentados aqui na mesa para discutir. Todos eles já recebem verba indenizatória, além dos seus salários, e recebem salários confortáveis, trabalham em condições salubres, com equipamentos novos, sempre sendo renovados, mobiliários, condições ergonômicas. Eles vivem numa tranquilidade, RGA pago, salário pago adiantado. A Assembleia Legislativa às vezes paga salário adiantado para seus servidores, o Tribunal de Justiça paga às vezes salário adiantado para os seus servidores, o Tribunal de Contas do Estado.

Agora o mais gritante, tudo isso seria muito compreensível e aceitável, nós temos os Poderes mais caros do Brasil.

No ano passado o relatório do CONSEPLAN apontou que o somatório dos nossos Poderes alcançou o 2º lugar dos piores resultados de gasto com dinheiro público, enquanto o Executivo abre o caixa com 80.000 reais.

Precisamos de dinheiro novo, precisamos de recursos, precisamos de Justiça. Quando a Justiça fala que vai matéria de interesse do trabalhador ou do interesse de usuários desses sistemas das políticas públicas, o negócio fica lá parado na Justiça, demora tempos para se ter um mérito, para se ter um julgamento, mas quando se fala que é pauta do interesse do Governo, é em tempo recorde, relâmpago.

Então, nós precisamos de Justiça, nós precisamos de recursos extras e tem que fazer concurso público, tem que dar condições de trabalho.

Como falou o colega Carlos Eilert, em 2013 foi feita uma vistoria em todas as unidades da Secretaria de Estado de Saúde, em especial o nível central - o espelho da Secretaria Estadual de Saúde é o nível central, o prédio número 05, que fica aqui no Centro Político Administrativo -, o prédio foi condenado pelo CREA, CRESS, por todos os Conselhos, pelo Conselho de Fisioterapia.

Nossos cidadãos que estão lá, que antes de serem servidores públicos são contribuintes, são cidadãos, estão lá sob risco de vida, sob risco de princípio de incêndio, que já aconteceu. O Trabalhador está lá. Há processo na Justiça do Trabalho e se algum trabalhador for acometido de alguma coisa, será um crime. E o Governo tem conhecimento desse processo.

Quatrocentos mil reais não dão para reformar os banheiros da Secretaria de Estado de Saúde.

Nós precisamos fazer um planejamento, fazer uma ordem de prioridades e reformar.

O próprio prédio do Hospital Central, o atual Governador, quando era Procurador Geral da República, emitiu e foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta para o Ministério Público Federal para reformar essa unidade e criar novos ambientes, ambientes salubres, condições melhores para o trabalhador. Essa obra, salvo engano, estava prevista para setembro agora, já extrapolou, não vai cumprir o prazo e não sabemos quando que isso acontecerá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Tudo isso, senhoras e senhores, população mato-grossense que nos escuta, parece um ambiente propício, um ambiente de sucateamento e de precarização propícios para as Organizações Sociais permanecerem, para vir as parcerias público-privadas para administrar aquilo que é de nossa competência.

Nós queremos trabalhar, queremos ajudar o Governo a executar as políticas públicas, mas queremos justiça. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Quero agradecer o Sr. Oscarlino Alves.

Só para responder ao Oscarlino, ao que ele perguntou.

Eu, como médico, particularmente torço pelo concurso público, quero prestar concurso público, não só eu como outros médicos do Estado de Mato Grosso querem adentrar, sim, Oscarlino. Só para responder.

Passo a palavra ao Secretário.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – Obrigado, Sr. Oscarlino, pelas palavras, pela sua manifestação.

Com relação a essa manifestação, até do próprio Presidente, não tenho conhecimento, caro Sr. Oscarlino, assim como o pessoal de Gestão de Pessoas, eu acho que eles não têm essa informação de que se alardeia que médico não quer concurso público. Eu acredito que querem.

Com relação a essa questão que o senhor se referiu, que outrora os médicos recebiam salário da Secretaria de Estado de Saúde e havia a complementação dos consórcios, isso realmente procede. No entanto, tivemos alguns casos em que... Sorriso, por exemplo, é uma situação. Lá os médicos recebiam a complementação salarial por meio do consórcio, mas o sindicato dos médicos, e por favor me corrijam se eu estiver errado, entrou com ações, tanto em Sorriso, quanto em outros lugares, dizendo que eles tinham vínculo empregatício com os consórcios. Essa foi a causa para a mudança dessa modalidade. Inclusive sobre o consórcio de Sorriso, até hoje tramita na Justiça uma ação trabalhista contra o consórcio. E foi em razão dessas situações que pararam de atuar dessa maneira.

Com relação à valorização dos servidores, realmente vemos - e, por favor, também não interpretem isso como se eu quisesse falar do passado – que existe há décadas uma situação de que realmente o servidor, principalmente o da saúde, foi deixado de lado. Vemos muitos servidores que temos dentro da Secretaria de Estado de Saúde que são muito bem qualificados, capacitados, podem desenvolver atividades, que ao longo dos anos foram maltratados, malcuidados e realmente hoje muitos servidores não querem sequer assumir responsabilidades à frente de determinados setores, porque temem sofrer até algum tipo de represália.

Estamos fazendo um trabalho com o nosso setor de Gestão de Pessoas para tentarmos fazer a valorização do servidor.

Sabemos que é preciso melhores equipamentos de trabalho, equipamentos com a questão da segurança do trabalhador, mesas, cadeiras, dentro da ergonomia, que sejam adequados, mas também é preciso um trabalho para reavivar o servidor na sua autoestima, que há muito tempo foi deixada. Vemos que isso é necessário e importante.

Estamos procurando fazer esse trabalho. Existiam, dentro da Secretaria de Estado de Saúde, projetos engavetados há mais de 5, 6, 10 anos, justamente na questão da saúde do trabalhador, na questão de gestão de pessoas, da valorização do servidor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Precisamos realmente tirar isso simplesmente do discurso.

Como é que nós, que somos cuidadores de pessoas, que trabalhamos na área de saúde, nossa missão é cuidar de pessoas, não cuidamos dos nossos? Como é que podemos?

Então precisamos realmente resgatar esses valores, melhorar, sim, essa tratativa com servidores, não com represálias, não com perseguições, não é esse o nosso estilo de trabalho, mas sim com a valorização do servidor, resgatando a autoestima do servidor e tendo-os como parceiros, porque o Secretário de Saúde é apenas um elo dentro dessa engrenagem. Precisamos, sim, de toda a força do trabalhador, para que possamos realmente desenvolver trabalhos que façam com que as pessoas deste Estado sejam bem cuidadas, bem tratadas.

Eu teria mais coisas a dizer, mas o tempo urge!

Agradeço sua manifestação, Oscarlino.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Com a palavra, o Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Muito obrigado, Deputado Dr. Leonardo.

Quero fazer mais uma intervenção, levando em consideração o pronunciamento do próprio Oscarlino, quando tratou da demanda reprimida e de procedimentos de alta complexidade.

Sr. Secretário, ao analisar a tabela 8, chamaram-me bastante atenção os valores estimados para reduzir a demanda reprimida em cardiologia.

Nós que estamos aqui e somos do interior recebemos muitas demandas: de cardiologia, de UTI e, muitas vezes, de neurocirurgia.

Ao analisar a demanda reprimida, dá quase 19.000 pacientes, desse total, mesmo com a judicialização, Secretário, só 770 conseguiu êxito.

Tenho certeza que dessa estatística muitos já vieram a óbito. Muitos desses que estão inscritos como pacientes que precisavam passar por um procedimento dessa natureza já vieram a óbito!

Se você for dividir o custo de cada procedimento pelo número de procedimentos, vai ficar, em média, R\$7.783,00 por procedimento. Levando em consideração a consulta, dividindo 125.000 por 7.000 mil, dão R\$18,00; exames dariam R\$29,00 a unidade; cirurgias dariam R\$3.805,00; e os estudos eletrofisiológicos em torno de R\$3.931,00. Total: R\$7.783,00.

Secretário, com esses recursos, sendo que parte está judicializada, não dá para ampliarmos o número de cirurgias cardiovasculares em outras unidades de saúde?

O próprio Deputado Guilherme Maluf, Presidente desta Casa, esteve conversando várias vezes, até com o próprio Deputado Dr. Leonardo, que tem uma equipe e pelo preço hoje que está fazendo o Hospital Universitário, a AMECOR, tem uma equipe que está parada e poderia estar ampliando esse número de procedimentos, até com custo bem inferior a R\$7.783,00 reais, em função da judicialização.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Lembro que a grande demanda de cardiologia que o Deputado Zé Domingos Fraga colocou realmente existe.

Nós ampliamos mais uma equipe para este ano, porém só para o cateterismo, não para cirurgias de safena ou mamária. A equipe hoje que trabalha no Estado de Mato Grosso opera poucos pacientes e a demanda é grande e nessa espera, com certeza, sim, Deputado Zé Domingos Fraga, muitas pessoas chegaram a padecer, a falecer, sabemos disso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

A demanda é muito grande na cirurgia neurológica, dos aneurismas e fraturas de coluna também. Vossa Excelência sabe que no início do ano houve uma demanda terrível e agora o Hospital São Benedito começou a fazer, começou, mas já teve uma parada agora.

Estamos discutindo, desde a semana passada, com o Secretário e o Presidente desta Casa, Deputado Guilherme Maluf, sobre a necessidade de termos uma equipe maior - o Secretário pode falar com mais propriedade -, para tentarmos vencer essa demanda reprimida e darmos um passo adiante. Quer dizer, não só atender a demanda, como também não deixar reprimir mais.

O Secretário pode falar com mais propriedade, mas é uma coisa que nos preocupa muito é a cardiologia neste momento.

Temos pessoas com mandados judiciais, o Estado sendo multado diariamente, ainda assim não estamos conseguindo fazer por falta de equipe, de profissionais que consigam fazer o número necessário para o Estado hoje. Mas esse enfrentamento é necessário.

Tenho certeza que o Secretário pode nos colocar uma proposta para tentarmos reduzir ou, com muita fé em Deus, eliminar essa fila de espera, porque é uma fila em que, infelizmente, ao aguardar, muitas pessoas vêm perdendo suas vidas.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Muito bem colocado pelos Srs. Deputados.

Nós temos, sim, uma demanda muito reprimida elevada na cardiologia. Inclusive estamos nessas últimas duas semanas fazendo um trabalho muito minucioso em relação a isso. Estamos tratando com várias entidades que realizam procedimentos cardiológicos e cirurgias cardíacas e estamos trabalhando para fazer um contrato emergencial, justamente porque temos judicialização elevada nesses procedimentos. Se utilizarmos os recursos que estão sendo disponibilizados para pagamento de demandas judiciais e transferi-los para um contrato emergencial, vamos ter essa demanda reprimida e judicializada diminuída com custo menor, porque, quando se judicializa, realmente o custo é bem mais elevado.

Então estamos trabalhando. Acreditamos que ainda dentro desta semana haveremos de ter esses custos de contratos emergenciais ou, no mais tardar, na próxima semana, para que possamos diminuir a demanda de cardiologia, demanda essa que está aí há mais de quatro ou cinco anos reprimida. Temos uma demanda reprimida tanto para consulta, quanto para exames e cirurgias.

Temos hoje uma demanda só de judicialização em torno de 300 cirurgias aguardando. É um número muito elevado e pessoas em situação de saúde precária, pessoas que estão à beira da morte, podemos assim dizer. Por isso precisamos dar essa vazão.

Temos o Hospital Geral, que é o único atualmente que é contratado para esse tipo de serviço que realiza 20 procedimentos cirúrgicos por mês. É muito pouco! Não conseguimos dar vazão somente com essa contratualização.

Em relação à oftalmologia também, temos a Caravana da Transformação, que tem servido realmente como grande ferramenta, Srs. Deputados, senhores e senhoras aqui presentes, que está resolvendo os problemas de catarata, pterígio e exames que estão sendo feitos em pacientes. Está havendo uma transformação na vida das pessoas com esse trabalho da Caravana da Transformação, direcionada para a área da oftalmologia.

Ao mesmo tempo dessa Caravana, já foram realizadas duas edições, uma em Barra do Bugres e a outra em Peixoto de Azevedo, essas duas edições também já levantaram demandas nesses pacientes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Estamos também fazendo um esforço para fazer novos contratos, para que também a nossa demanda reprimida, que já existe, conjuntamente com essa demanda levantada das Caravanas, possam atender os pacientes também brevemente.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Deputado Zé Domingos Fraga, mais alguma intervenção?

Quanto à questão da Caravana, vimos essa experiência em Mato Grosso do Sul quando visitamos aquele Estado logo no início do mandato, em 2015, e o formato que pensamos e avaliamos era um pouco diferente, mas sabemos da prestação de serviços que está sendo feita na demanda. Temos esse enfrentamento, mas com ter certeza, Secretário, temos que enfrentar a parte de cardiologia que é o que está intensamente... Colocamos à disposição da Assembleia para ajudarmos neste enfrentamento.

Estou devendo a fala para o Jajá. Vai lá, Jajá. Sr. Jair Del Santo.

O SR. JAIR DEL SANTO - Boa tarde.

Eu só quero da mesa...

Obrigado pelo dia dos médicos.

Está faltando aqui, neste conjunto de recursos humanos, enfim... Só quero dizer que temos o orgulho... Está atropelando a falta de reabilitação. Está um caos. Eu falo tanto, mas sim é um caos muito simples.

Quero, sim, nós temos... Faremos toda aquela falta de incentivo, a falta dos 24 Deputados e do Governador. Só quero dizer que temos uma questão típica, questão da APAE. A Pestalozzi foi resolvida.

A pasta de saúde que toca o Deputado Oscar Bezerra e a falta da mesa... Está faltando a Diretora Flávia, nem sequer, nenhuma pessoa do Centro de Reabilitação daqui.

Esta Audiência Pública serve para os técnicos, toda a comissão que possa a partir de agora que nós temos o rigor da lei. A questão da ozonioterapia, que foi fundada na Alemanha, quero só dizer que nós temos que abaixar o custo em 65%, os valores.

Quero só dizer que o Governador possa abaixar para os pacientes mais sensíveis, que são do Hospital do Câncer.

Quero só dizer que nós temos a pele bem fervor. Quero dizer que nós temos... Não são 127 polos, são 141 polos, não A, B ou C... Estão os Vereadores, representantes, Secretários de Estado. Eu só quero dizer de Vila Bela, aqui em Cuiabá não tem representante.

Eu deixo o meu chapéu no chão, porque isso é uma vergonha estar representando aqui na Audiência da Saúde, em primeiro lugar, porque nós não estamos mexendo com as coisas humanas, a Audiência que tem valor, em primeiro plano, depois os demais serão acrescentados e que o Secretário e o Governador, Deputado Dr. Leonardo, possam intervir nas coisas materiais, nas coisas mínimas. Quero duas coisas fundamentais, o Centro de Reabilitação Dom Aquino está tudo sucateado, está aí, para o que der e vier, 127 polos, nem um polo de reabilitação não tem.

Agora está vindo, fundou na Alemanha, no Chile e aqui agora está pronto, o Deputado viu de perto e de longe o orgulho de estar presente.

Eu estou levando a caravana de corpo e alma, não importa a circunstância, bairro, município, as conferências, mas sim, é reto, não é o S de Senna, é reto. Acho que, quando Deus quer coisas humanas, então é coisa reta.

Muito obrigado, obrigado de coração, porque o Secretário de Saúde - e você pode falar com toda a propriedade - chegou recentemente, eu não posso falar da questão da preocupação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

de todos os Deputados junto com o Governador, o Subsecretário e o Secretário de Saúde e, sim, a pasta nova.

Muito obrigado. Até mais. Tchau, tchau.

SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Obrigado Jair, o nosso Jajá, que sempre vem reivindicar a questão do centro de reabilitação, mais investimentos na área de fisioterapias e reabilitação, sempre que nos encontra.

Obrigado, Jajá. Parabéns! Nós sabemos da sua luta.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Obrigado, Sr. Jair Del Santo, pela sua manifestação.

Realmente, concordamos com o senhor com relação ao Centro de Reabilitação Dom Aquino, que está deixando a desejar, não pela vontade dos servidores, não pela vontade das pessoas que lá estão desenvolvendo suas atividades, porque são pessoas comprometidas.

Conforme falei anteriormente, lamentavelmente, ao longo dos anos, o Centro de Reabilitação tem sido deixado também sem investimentos e é necessário, são milhares de pacientes no Estado de Mato Grosso que precisam do Centro de Reabilitação Dom Aquino para que possam melhorar sua qualidade de vida, suas condições de vida.

Então, está, sim, dentro da nossa missão, dentro do nosso interesse de fazermos investimento, Sr. Jair, e nós precisamos, sim, dar esse retorno para a sociedade.

Com relação à ozonioterapia, que é uma atividade nova que está sendo colocada aqui, principalmente em Mato Grosso e até mesmo no Brasil, mas em outras regiões, em outros países já vem bastante desenvolvido, é uma política que realmente deve ser incrementada no Sistema Único de Saúde, que tem um resultado muito sério, muito benéfico para os pacientes, e diminui custos logicamente.

Eu ainda não recebi, vou me inteirar desse assunto, tem uma Câmara Setorial que está discutindo sobre esse assunto, quero me inteirar mais dessa situação, desse assunto para que possamos, então, ver da possibilidade de implementar isso dentro das políticas públicas do SUS aqui no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Com a palavra, Dr^a Elza Queiroz. Depois, o último inscrito, Welinton Andrade da Silva.

A SR^a ELZA QUEIROZ - Boa tarde a todos!

Cumprimento todos os meus colegas servidores da SES aqui presentes. É um prazer estar com vocês.

Cumprimento a mesa, o nosso Secretário.

Agradeço os parabéns, as felicitações pelo Dia dos Médicos e também parabenizo o nosso Deputado, Presidente da mesa, Dr. Leonardo, e agradeço a presença também do nosso Secretário de Saúde.

De todo coração, desejo que o senhor entre para o rol dos nossos melhores Secretários de Saúde, porque nós precisamos, a saúde precisa.

Eu penso que uma Audiência Pública dá para abordar a saúde de uma forma superficial. Alguns números, algumas situações mais alarmantes nós conseguimos falar aqui e abordar, mas falar de saúde, da saúde de todo o Estado de Mato Grosso, é muito complexo, precisaríamos realmente de mais tempo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Eu tenho o relatório que foi apresentado no 1º quadrimestre, desse 2º eu não tenho, mas o 1º eu consegui avaliar melhor e realmente são muitos números que merecem maiores esclarecimentos.

Acho que a saúde tem que ser avaliada do início ao fim. Desde o orçamento é importante? É importante. Temos que saber aonde nasce o orçamento, de onde ele vem, até a sua ponta final, como ele está sendo aplicado nas ações de saúde. Avaliar isso não é fácil.

A nossa saúde aqui de Mato Grosso precisa ser passada a limpo nesse aspecto, uma revisão do início ao fim.

Eu fico com uma dúvida muito grande aqui em relação ao nosso orçamento total. Foi dito que o gasto total do nosso orçamento com a saúde é em torno de um bilhão e duzentos milhões por ano, dividido então nesses quadrimestres.

Eu pergunto aos nossos servidores e também ao nosso Secretário: qual é o valor do orçamento que é repassado pela União? Os 10% constitucionais obrigatório da União? Eu gostaria que todos pensassem nisso um pouquinho porque nos nossos relatórios constam também que está em torno de um bilhão por ano.

Então, se o orçamento de um bilhão por ano vem do Ministério da Saúde, os 12% nosso estão vindo como, de onde?

Essa conta para mim não ficou esclarecida. Depois eu gostaria que fosse, se possível, neste momento, ou depois, também temos tempo para conversar.

Eu gostaria de falar aqui, por exemplo, em relação à cardiologia, que foi dito aqui de uma fila enorme, uma demanda reprimida dizendo: “Nove mil pacientes.”

Eu acredito que uma parcela bem menor, bem pequena desse número é referente a cirurgias. A maioria provavelmente diz respeito a exames e nem sempre são exames de alta complexidade. Nem sempre.

Nós precisamos só de orçamento para consertar muitas coisas que estão acontecendo na saúde. Por exemplo, exames de eletrocardiograma, é um exame simples que é feito em todos os regionais, é feito em todas as cidades-polos, é um exame simples de ser feito, que consta nas nossas filas como demanda reprimida. Eletrocardiograma, ecocardiograma e muitos outros que são simples.

Então, Secretário, eu acredito que podemos melhorar muito na saúde, até independente do orçamento.

Nós temos uma questão séria da regulação. Muitos pacientes nos procuram dia a dia, eu sou médica e estou há trinta anos aqui em Cuiabá, me formei aqui na UFMT, sou servidora, atualmente aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso participando da equipe técnica da CPI, ajudando o Deputado Dr. Leonardo, contribuindo também na Comissão de Saúde, e em todos os lugares, na minha vida toda como médica, não tem um dia que eu não recebo um pedido de ajuda de pacientes, normalmente vagas de UTI, exames, cirurgias, mas a maioria dos problemas que chegam até nós, inclusive aqui na Comissão de Saúde, às vezes são falhas, não vou dizer que falha da regulação, que está envolvida a regulação, porque os médicos e os servidores não são esclarecidos. Então, muitas vezes um paciente está internado há meses dentro de um hospital esperando por um atendimento em Cuiabá, vamos averiguar e ele não foi regulado, ele não está no Sistema.

O Sistema Nacional de Regulação, que é o SISREG, ainda não foi nem instalado em todo o Estado. Eu sei que a nossa colega Gabriela tem feito uma luta de muitos anos, já estive

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

com ela nessa luta para implantar o SISREG no Estado, que é o Sistema de Regulação que vai comunicar todos os hospitais do interior com a Capital, facilitando essa transferência para a alta complexidade em Cuiabá, mas a maioria da média e da baixa complexidade pode ser toda resolvida no interior; assim como da alta complexidade, muitos procedimentos podem ser resolvidos, principalmente nos Hospitais Regionais, em alguns credenciados e eles não estão fazendo isso, pela falta simples, única, habilitação. Constatamos isso na CPI e constatamos no nosso dia a dia. Os Hospitais Regionais não estão habilitados no Ministério da Saúde para realizarem procedimentos de alta complexidade, embora muitas vezes tenham médicos, tenham equipamentos e tenham os profissionais para fazerem. Isso não está sendo feito. Já conversamos sobre isso, já sugerimos, já recomendamos, mas eu acredito...

Eu gostaria que depois também, se a Gabriela puder, falar como está a situação da habilitação dos Hospitais Regionais na alta complexidade e também na regulação.

São muitos trâmites que podemos resolver, que muitas vezes independem do orçamento. Assim como o bom atendimento, por mais que o profissional esteja desmotivado, cansado, trabalhando sem condições, não justifica atender mal a um paciente em lugar nenhum. Os pacientes precisam ser mais bem orientados, precisam ser mais bem atendidos por toda a equipe, não é só pelo médico, desde a recepcionista. Temos reclamações em todos os níveis.

O Deputado Zé Domingos falou de Sorriso.

Sorriso tem um hospital que eu visitei nos áureos tempos. Ele foi considerado, até 2010, um hospital exemplo, modelo de administração direta. Eu visitei esse hospital e era lindo, limpo, funcionava bem, os profissionais eram satisfeitos. Depois de 2010, o que aconteceu com esse hospital? Ele foi totalmente sucateado! Os profissionais foram mandados embora, profissionais que moravam na cidade há oito, dez anos. Estivemos lá, estive como sindicalista, sim, tivemos várias ações para melhorar esse vínculo empregatício e o que aconteceu foi uma piora, com a vinda das Organizações Sociais de Saúde - OSS. Todo mundo sabe disso.

Então, lamentamos muito, eu lamento muito essa situação atual de Sorriso, um hospital que foi exemplo, que foi modelo, inclusive no relatório da CPI de 2009 ele é citado como um exemplo a todos os outros hospitais do Estado a seguirem, que os gestores dos outros hospitais fossem conhecer a gestão de Sorriso para implantar.

Infelizmente, tivemos um retrocesso, ao invés de aproveitar esse modelo e implantar nos outros, por uma decisão política, não técnica, não humana, que não pensou nos pacientes em manter o que tinha, melhorar e não correr o risco de piorar, acho que a saúde não pode servir como um campo de experiência de modelo de gestão. Piorar, jamais! É inaceitável! Por mais que tenhamos crise, por mais que tenhamos dificuldade, os pacientes, os servidores não podem pagar por isso.

A nossa saúde tem que deixar de ser prioridade só no discurso e tornar realmente ações verdadeiras que dependem dos servidores, dos nossos gestores e desta Casa de Leis.

Se esta Casa, Assembleia Legislativa, não poder atuar para fazer a diferença, quem poderá?

Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Agradeço, Dr^a Elza Queiroz.

Com a palavra, o Secretário João Batista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Muito obrigado, Dr^a Elza, primeiro pela satisfação em conhecê-la, eu já tinha ouvido falar da senhora, irmã da Dr^a Iracema, por quem tenho um grande apreço, um grande carinho. Muito obrigado pela sua participação.

Quero cumprimentá-la também, porque tenho informações de que a senhora prestou um relevante trabalho na CPI das OSSs. Parabéns pela sua atuação! Que a senhora continue sempre com esse espírito cívico para poder contribuir com as questões principalmente da saúde.

Com relação aos valores que o Governo Federal repassa à saúde, aqui nós temos uma planilha que refere valor mês a mês - depois a senhora poderá ter acesso a esta informação - totaliza para o Estado, os recursos do Governo Federal para a saúde da Fonte 112, um total de 284 milhões por ano.

Fica um pouco equivocada a informação, porque o Governo Federal repassa quase um bilhão realmente, mas está incluído Estado e municípios. Então, quando se refere só ao Estado, o valor que vem para o Estado de Mato Grosso é um montante em torno de 284 milhões.

Eu tenho aqui a informação mês a mês do que realmente o Estado recebe da Fonte 112.

Depois a senhora poderá...

(A SR^a ELZA QUEIROZ FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Do Fundo Nacional para o Fundo Estadual é na faixa de 284 milhões de reais.

(A SR^a ELZA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – Não. Ano.

(A SR^a ELZA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – Este aqui. Está aqui até...

(A SR^a ELZA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – São 18% a 20%.

(A SR^a ELZA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – Por favor, Luceni, venha aqui para prestar esses esclarecimentos.

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA - O orçamento, a composição, ao contrário do que todo mundo imagina, o recurso para o Fundo Estadual de Saúde, o que vem na Fonte 112 é aproximadamente 280 milhões. Isso daí é estimativa ainda.

Então, se formos somar a participação, o recurso robusto, mais de 80% do recurso é composto pela Fonte 100, pelo Governo, a Fonte 134, recursos próprios, que para 2016 a estimativa era de um bilhão e quatrocentos. Agora, claro, para fechamos o ano está quase em dois bilhões.

Então, doutora, o recurso da União está correto e é essa a estimativa.

Agora é o que o Secretário está falando, o que vem para os municípios. Agora para o Governo do Estado é torno de 280 milhões.

Para o ano que vem está estimado em torno de 300 milhões. Essa é a estimativa para o orçamento do ano que vem.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Eu passo aqui para a Luceni este documento.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Foi uma das solicitações de esclarecimento que compõe o final do Relatório da CPI para que fosse destrinchado melhor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Agora, quando da aprovação da CCJR, que passou na Sessão anterior, nos reuniremos com a equipe da SES, porque um dos questionamentos levantados era esses valores do Fundo Nacional de Saúde, que apresenta o valor global de quase um bilhão e era a dúvida que nos gerava: se tem um bilhão sendo repassado globalmente ao Estado, que apresentava. Então, o Estado só entraria com trezentos milhões? Mas há ainda algumas conversas anteriores que vem como valor global para o Estado, incluindo o que o Fundo distribuiria aos municípios também. Aí ficava como se fosse os 900 milhões ou 1 bilhão de reais.

Nós vamos ter esses dados, que estão presentes no *site* do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério, para qualquer um é fácil ver e levantamos esses questionamentos ainda após a CPI para levantar na SES e destrinchar melhor este assunto e outros que também constam no FIPLAN.

A SR^a ELZA QUEIROZ - Só para tirar uma dúvida: é esse que está riscado? Transferências Constitucionais?

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA – Não. Transferências Constitucionais foram apresentadas ali. Transferências Constitucionais legais que são repassadas para o Estado, daí tem a parte dos municípios deduzida e em cima do que fica é que vem o percentual. Agora, percentual que compõe a Fonte 134, recursos próprios; o da União já vem a programação em torno de duzentos e oitenta, na realidade, duzentos e setenta e quatro previstos para o segundo quadrimestre.

Agora, desses recursos aqui alguns são 50%, outros 75%, outra parcela é fixa, dele tira o que vai para o município e aí compõem os 12%. Então, ele compõe, como foi colocado ali, recurso, transferência, como diz os artigos da Constituição, não me lembro de qual, mas foi colocado, eu tenho recursos dos tributos, que é ICMS, aqueles que foram colocados; eu tenho recursos das receitas tributárias, os impostos que cobro, os juros e multas, e tenho o que compõe a 134, recursos das transferências que o Governo Federal faz para o Estado em volume bruto de tudo que ele passa. Desse, tira-se o percentual que vai para os municípios e daí compõe... Há diferença. Por exemplo, tem Imposto de Renda, 50% do Estado, 50% do Município. Dos 50%, compõem a base para os recursos próprios que daí compõe aquele 12% que estava em um dos quadros que apresentamos.

Então, aqui não é recurso que vem para a saúde. Isso é o recurso total de transferências que o Governo Federal deve para o Estado. Então, tem que deduzir e depois da dedução são 12% só que compõem a base própria.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Luceni, essa é uma discussão que a CPI ainda vai levar para...

A SR^a ELZA QUEIROZ - No alto da folha está escrito que é recurso da saúde, exercício 2015. Não tem outros recursos aí.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) – Lembrando, senhores, que estamos quase no horário e a qualquer momento pode sair da transmissão ao vivo. Se começar a Sessão, o sinal vai sair, para informar os telespectadores que nos acompanham para saber que temos um limiar de horário que já está estourando. Vamos procurar sermos breve.

O Oscarlino pediu uma intervenção.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Só uma pequena intervenção à Luceni, para uma questão de esclarecimento com relação à Receita da Corrente Líquida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Quer dizer que os 280 milhões fazem parte do cálculo dos 12%?

Os 12% só de Receita Própria do Estado?

É importante registrar, porque, na verdade, os 280 milhões é um dinheiro praticamente carimbado, vem através de um teto do Ministério da Saúde que repassa parte para os municípios para média e alta complexidade, e uma fatia fica com o faturamento das unidades estaduais, como é o caso dos Hospitais Regionais, que é o faturamento.

Inclusive eu gostaria até de esclarecimento: pela projeção, pelo controle que a Secretaria tem, Luceni, desses 280 milhões, quanto teriam que ser hoje? Qual era a cifra que o Ministério da Saúde teria que estar repassando?

Perdemos a eficiência no faturamento, algo que acreditamos que deve estar em torno de uns 400 milhões de repasse e está repassando 280 milhões.

Quero deixar registrado, Secretário, que essa é uma luta que o senhor vai travar incessantemente com o Governo.

Estamos sempre limitados aos 12%, no mínimo constitucional regulamentado pela 141. Temos que investir mais na saúde e aplicar mais na saúde, inclusive porque esses 12%, só chegam com uma contribuição da judicialização, que custa muito dinheiro e onera esses 12% da base de cálculo.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Aproveitando a intervenção, rapidamente, já que é sobre o assunto também, Oscarlino, a alta complexidade no Estado de Mato Grosso é feita onde? Praticamente em Cuiabá. Essa é bem a realidade. E essa distribuição também que deveria ir os municípios, aos hospitais regionais, que o senhor comentou, não acontece alta complexidade ou não estão credenciados para fazê-lo, apesar de ter profissionais, com foi dito.

Esse também é outro enfrentamento que temos que fazer, que é a regionalização e interiorização. Hoje tudo que temos que fazer em alta complexidade é Cuiabá e Cuiabá não recebe na sua totalidade ou não devidamente para o serviço que faz.

Esse é outro enfrentamento, Luceni Grassi. Deixo a palavra com a senhora.

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA - Oscarlino, se eu não responder me chame.

Quero mostrar aqui aquele primeiro quadro que mostrei da composição, porque estamos falando de duas coisas, dos 280 milhões que vêm do Governo Federal e os recursos federais que compõem a base.

Então, olhem só, de acordo com Constituição, a base que compõem os 12% de recursos próprios contém recursos que vem da União.

Eu tenho as receitas de impostos meu do Estado, como ICMS, e tenho outra base que compõem receitas de transferências constitucionais e legais, que é o que a doutora está mostrando ali.

Então, de transferência constitucionais e legais eu tenho aqui a Lei Kandir, tenho o FPE, tenho o Imposto de Renda e o IPI. Esses tributos são federais. Então, a base que compõe os 12% tem recursos estaduais, tributos do Estado e tributos ferais. Eu tiro a parte que passo para o município, como é caso dos 75% do IPVA, e 25%, desses 75%, 12% vem para minha base.

Outra coisa são os 280 milhões que a União passa em função da produção, em função dos blocos de investimentos, vigilância e assistência hospitalar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

E, Oscarlino, você chamou a atenção, mas, como a doutra disse, isso aqui da muitas outras audiências. Por quê? Só esses blocos de financiamento que o Governo Federal distribui para dar os 280 milhões: vigilância hospitalar, assistência farmacêutica...

O que está acontecendo? Nós temos para 2017 uma previsão de receita de 300 milhões, mas sabemos - e precisamos fazer um estudo, doutora e Oscarlino - que precisamos trabalhar no sentido de que, e você me perguntou, se esses 300 milhões estão subestimados, porque muitos blocos - vou pegar o exemplo do repasse hospitalar ou da assistência farmacêutica, que é mais emblemática - seu valor não condiz, ela está produzindo, é uma questão de investimento em tecnologia da informação para melhorar a base de dados, porque, se eu não informo a produção, eu não ganho. Então o Governo Federal tem algumas áreas que vai ficar sem receber. Por quê? Porque não tem produção. Então, esses 300 milhões podem ser menores. Na hora de vir o financeiro pode ser menor, porque depende de produção.

É aquela coisa: estamos precisando de receita e estamos mostrando que a nossa capacidade de produzir é ruim.

Então está subestimado, Oscarlino. Está correto. Os 300 milhões são do que conseguimos produzir. Pode ser mais? Com certeza.

Não sei se clareou.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Com a palavra, Weliton Andrade da Silva, o “Mandioquinha”, Vereador de Barra do Graças.

O SR. WELITON ANDRADE DA SILVA (MANDIOQUINHA) - Quero aqui em nome de Vossas Excelências cumprimentar a mesa composta pelo Deputado Dr. Leonardo, o Secretário de Saúde Sr. João Batista.

Nas pessoas dos funcionários da Saúde eu cumprimento todos, lembrando que está de Barra do Graças aqui o Vereador Weliton (Mandioquinha) e o Vereador Valdeir (Pebinha). Fizemos o chamamento lá para participar desta Audiência e o Vereador Valdeir (Pebinha) se disponibilizou para deixar um pouquinho de contribuição nesta grande Audiência, que é de suma importância para Mato Grosso, mas infelizmente o Plenário está praticamente vazio, como todos podem comprovar.

Isso aqui trata de todo o povo mato-grossense, mas são poucos os que dão a mínima para esta situação.

Eu quero aqui chamar a atenção de Vossa Excelência, Secretário de Saúde. O interior pede socorro.

Eu e o Vereador Valdeir (Pebinha) representamos 60 mil habitantes de Barra do Graças e nós temos algumas indagações, como, por exemplo, na área na neurologia.

Hoje temos pacientes lá que acompanhamos já há mais de dois anos esperando um consulta em Cuiabá de neurologia; temos um paciente precisando de uma cirurgia na perna, um senhor que está no Hospital Geral aqui de Cuiabá, há mais de vinte dias esperando essa cirurgia na perna, inclusive marcou para amanhã.

A família sofre muito com isso, porque tem que vir de Barra da Graça, distante 520km, aguardar essa fila de espera que é monstruosa, e está aguardando há mais de vinte dias no Hospital Geral essa cirurgia.

Quero que Vossa Excelência... Eu sei que essa é uma Secretaria complexa, é um das Secretarias mais difíceis, não só do Município, do Estado, mas de todo o Brasil, porque ela rege sobre vidas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Outra situação é a ortopedia. Eu acompanho um cidadão, me faltou o nome dele agora, que está esperando uma prótese, porque a prótese dele deu problema na bacia, há mais de dois anos. Está judicializado aguardando. Esse homem está vegetando em uma cadeira há mais de dois anos, aguardando essa cirurgia. Ele esteve internado por quase trinta dias em Barra do Garças, porque deu um problema, deu uma infecção, teve que fazer um dreno, ficou mais de trinta dias numa posição só, internado em Barra do Garças, aguardando providência da Capital do Estado.

Eu quero aqui chamar sua atenção. Eu sei o quanto é difícil, mas quero que o senhor dê atenção para o interior de Mato Grosso, que está precisando muito.

Outra situação são os exames. Uma senhora pelo nome de Ângela Maria Batista Soriano, de Barra do Garças, sofreu um AVC há cerca de 45 dias, foi até parar na UTI, e está há mais de 45 dias aguardando uma ressonância de crânio. O povo do interior pede socorro.

Quero aqui... Eu sei que é difícil, mas peço socorro a Vossa Excelência para que dê uma olhadinha para o interior, em especial para minha cidade querida de Barra do Garças. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Secretário, por gentileza.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Quero cumprimentar o Vereador Mandioquinha, de Barra do Garças. Obrigado por sua participação. O senhor se deslocou uma distância grande para participar desta Audiência.

Parabéns por sua dedicação, por seu empenho com relação à área de saúde!

Sabemos das dificuldades que o interior sofre. Temos plena consciência disso, Vereador. É esse o motivo que mais me motiva a continuar nessa função de Secretário de Estado de saúde.

Sou oriundo do interior, sou munícipe, digamos, de Nova Mutum, hoje cidadão do Estado de Mato Grosso, mas compreendo suas agruras, as agruras da população interiorana.

Realmente estamos trabalhando, precisamos de mais vagas na parte de cardiologia, ortopedia, neurologia. Temos vários serviços que precisam ser ampliados, por isso queremos trabalhar com a regionalização.

Sabemos que a região de Barra do Garças é uma região que tem um vazio sanitário, em torno de trinta e dois municípios são atendidos por Barra do Garças, que é o município com melhores condições de atender pacientes, único município daquela região que possui leito de UTI, são dez leitos de UTI e precisamos fazer um trabalho naquela região.

Precisamos desenvolver com saúde também aquela região para que não seja necessário esse grande deslocamento. E isso não é só na região de Barra do Garças.

Temos regiões mais longínquas ainda no Estado e nossos pacientes estão por ora desassistidos. Precisamos regionalizar o serviço de saúde, precisamos interiorizar as ações.

Estamos fazendo um levantamento dos recursos da saúde para onde precisamos descentralizar, porque hoje realmente, conforme vimos até no mapa que a Luceni mostrou, Cuiabá concentra o maior número de procedimentos de alta complexidade, seja de exames, de cirurgias e procedimentos e precisamos aproximar essas ações, esses procedimentos, esses atendimentos realmente para o interior.

Eu costumo visualizar vários ônibus do interior se deslocando nessas rodovias trazendo pacientes. Por quê? Porque é aqui em Cuiabá que realmente está concentrado o maior número de especialidades. Precisamos mudar essa história.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

E Cuiabá, nós vimos aqui o próprio Secretário Ari e o Prefeito Mauro reclamando, e reclamando com razão, que os pacientes são trazidos para cá e isso está congestionando também o serviço de saúde de Cuiabá.

Então, nós não estamos com os nossos olhos, nem os ouvidos fechados, Vereador, diante dessa situação.

Precisamos, sim, fazer essa mudança, conforme falei anteriormente, mudança de valores, precisamos interiorizar.

Espero, junto com nossa equipe, junto com as forças vivas deste Estado, dar condições aos nossos pacientes para serem atendidos pelo menos na sua região.

Existem casos aqui, até para o senhor ter uma ideia, que acredito que deve haver realmente demora em alguns tipos de procedimentos.

Há alguns dias fui procurado por uma paciente de Peixoto de Azevedo que estava internada há mais de quarenta dias aqui no hospital esperando também uma cirurgia. Por que foi demorado? Porque ela estava com um processo infeccioso muito elevado.

Então, para realizar determinados tipos de procedimentos é preciso combater essa infecção para resolver o problema, por isso às vezes acontece essa demora e não podemos, logicamente, justificar simplesmente sem saber do fato.

Eu não sei efetivamente se esse fato corresponde a uma situação dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - A Sr^a Luceni Grassi pediu para fazer uma intervenção ainda sobre aquele recurso do Fundo.

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA - É bem rápido.

Na realidade, só para ressaltar, doutora, que na hora em que coloca as transferências legais e constitucionais nesse valor, tem todas as transferências de todas as áreas, inclusive assistência social, todas no bolo. O que vem para a composição da base é somente FPE - Fundo de Participação dos Estados, Imposto de Renda e... São três tributos que eu coloquei ali: FPE, Imposto de Renda e o Fundo dos Municípios. São três... E o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Esses três dão aquele total da transferência legal ou constitucional. A Lei Kandir é transferência legal, os outros são constitucionais. Pegamos do total do Estado e tiramos esses tributos deles, que vão para os 12%. Era só esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Gostaria de agradecer todos os senhores, o Sindicato dos Servidores da Saúde e Meio Ambiente - SISMA, pela divulgação da audiência. Muito obrigado!

Sabemos da pouca participação social que houve - é uma pena! - e dos outros Poderes também.

Gostaria de agradecer porque você já fez um trabalho com os meios sociais nos ajudando. Muito obrigado!

Quero agradecer a Secretaria Estadual de Saúde pelas apresentações. Com todo respeito a todos os profissionais, foi uma das melhores apresentações que vi até o dia de hoje. Agradeço muito.

Quero dizer que na Comissão de Saúde houve mudanças, estou como Presidente e vou passar para o Secretário todos os membros titulares e suplentes. Também vamos passar para a Comissão de Saúde Previdência e Assistência Social. Vamos mudar um pouco a cara dela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 15H.

Entrei com um pedido para a Mesa Diretora a fim de que essa Comissão seja fiscalizadora em sua integralidade, que receba denúncias, possa convocar os denunciantes e encaminhar direto ao Ministério Público, caso achar necessário.

Estamos criando um *site* e um aplicativo de celular, com os quais vamos nos aproximar do cidadão, em que ele poderá fazer denúncias e sugestões diretamente às Comissões de Saúde dos Hospitais Regionais, dos serviços de saúde.

Estamos programando uma grande pesquisa, junto novamente com o Instituto de Pesquisa, registrada com estatísticas, do servidor de saúde, com psicólogo e profissionais e repassarmos a todos os servidores novamente. A saúde do servidor... Vamos contribuir com o SISMA e entregar para a Secretaria de Saúde.

Estamos sempre programando várias ações, o Presidente Guilherme Maluf já deu sinal positivo e vamos contribuir muito com o aplicativo, com a aproximação, com a pesquisa estatística de três meses de todas as unidades, todos os servidores.

Vai mudar um pouco a cara da Comissão de Saúde, será mais participativa, será mais fiscalizadora, fará o controle externo.

Agora estamos com uma equipe de auditores, que antigamente não existia. Chegavam para a Comissão de Saúde os relatórios da Secretaria Estadual de Saúde e não havia possibilidade de análise, nem tempo adequado. Estamos com uma equipe específica para analisar e essa equipe fez algumas recomendações para que os próximos relatórios e as análises fossem com uma participação melhor da nossa Comissão.

Eles fazem várias observações que vamos encaminhar, via ofício, para a Secretaria de Saúde, como arquivo de despesa, arquivo direto da receita, e várias sugestões para otimizar, por meio dos nossos auditores, e contribuirmos.

Os auditores servirão também para ascender a luz amarela. Caso perceba algum acontecimento, vamos avisar a Secretaria Estadual de Saúde, até mesmo antes da Audiência Pública quadrimestral, para contribuir.

A Comissão está diferente, vai ser mais participativa, vai ter essa pegada de audiência também. Vamos contribuir mais como controle externo, que foi o que faltou um pouco desta Casa nos anos anteriores.

Quando vieram as OSSs para cá, um controle externo era para ser da Casa, e nunca fez. Fez uma lei falha, com brechas, com abertura, possibilitou algumas situações que até o Estado reconheceu e fez intervenção na maioria dos hospitais.

O Tribunal de Contas do Estado reconheceu sua falha, mas reconhece depois de alguns anos, e saúde, depois de quatro anos, fazer devolver dinheiro, não se sabe quantas vidas foram ceifadas.

Esta Comissão, como o Conselho Estadual de Saúde, o Sindicato, o próprio Tribunal, cobrará que seja mais presente, mais em tempo real, que não demore tanto.

Nós temos a questão da regionalização, interiorização, regulação para funcionar, temos algumas coisas que estão contrários.

O SAMU é o Estado que toca, quando deveria ser o município, no valor de mais de 02 milhões, e a regulação, que deveria ser nossa, está mais nas mãos do Município. Então, está trocado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAR CONTAS DOS BALANCETES
REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2016 DA SECRETARIA ESTADUAL DE
SAÚDE E DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE
2016, ÀS 15H.

Temos que fazer um enfrentamento. O SISREG está aí, os Núcleos Internos de Regulação já foi uma indicação presencial para acontecer, conversei bastante com o Secretário João Batista sobre isso.

A judicialização é um enfrentamento. Quando judicializa o valor fica maior do que o particular. Quando é público, todo mundo quer cobrar mais. Sobre isso tem que fazer um enfrentamento, e muitos que virão por aí, enfrentaremos com coragem.

Agradeço a cada um dos senhores de coração.

Encerrando esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos.

Até uma breve oportunidade!

Está encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.